FINDES
SESI | SENAI | IEL | CINDES

AGENDA DA INDÚSTRIA CAPIXABA



REALIZAÇÃO

Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo – FINDES
Paulo Alexandre Gallis Pereira Baraona - Presidente
Eduardo Dalla Mura do Carmo - 1º Vice-presidente
Wellington Villaschi Filho - Vice-presidente administrativo
Eduarda Buaiz - Vice-presidente financeira
Lúcio Mauro Peroba dos Reis - Conselheiro vice-presidente
Luis Cordeiro - Conselheiro vice-presidente
Raphael Cassaro - Conselheiro vice-presidente
Ricardo Brito - Conselheiro vice-presidente
Tales Machado - Conselheiro vice-presidente
Sérgio Mileipe - Conselheiro independente
João Brito - Conselheiro independente

Roberto Campos de Lima - Diretor-geral

Organização
OBSERVATÓRIO FINDES

Conselhos Temáticos da FINDES
Conselho Temático de Assuntos Legislativos (Coal)
Conselho Temático de Responsabilidade Social (Cores)
Conselho Temático de Relações do Trabalho (Consurt)
Conselho de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico (Copin)
Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa (Compem)
Conselho Temático de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Coemas)
Conselho Temático de Infraestrutura e Energia (Coinfra)
Conselho Temático de Economia Criativa (Conect)
Conselho Temático de Desenvolvimento Regional (Conder)
Conselho Temático de Assuntos Tributários (Contatri)

Câmaras Setoriais Industriais da FINDES
Câmara Setorial das Indústrias de Alimentos e Bebidas
Câmara Setorial das Indústrias de Base e Construção
Câmara Setorial das Indústrias de Construção Civil
Câmara Setorial das Indústrias de Mineração
Câmara Setorial da Indústria Moveleira
Câmara Setorial da Indústria do Vestuário

Agenda da Indústria Capixaba 2026. Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo

AGENDA DA INDÚSTRIA CAPIXABA

2026

FINDES
SESI | SENAI | IEL | CINDES

SUMÁRIO

Carta de abertura 06

Cenário econômico 08

Pauta prioritária 12

PROPOSTAS DA INDÚSTRIA CAPIXABA PARA O CICLO ELEITORAL 2027-2030

Infraestrutura 15

Propostas da Indústria para o tema Infraestrutura 19

Tributação 31

Propostas da Indústria para o tema Tributação 34

Inovação 39

Propostas da Indústria para o tema Inovação 42

Financiamento 49

Propostas da Indústria para o tema Financiamento 52

Capital Humano 57

Propostas da Indústria para o tema Capital Humano 60

Meio Ambiente 67

Propostas da Indústria para o tema Meio Ambiente 70

Referências 74

Carta de abertura

Precisamos ter uma indústria forte para garantir um futuro competitivo

O Espírito Santo chega a 2026 em uma posição que precisa ser compreendida com responsabilidade e visão de futuro. Ao mesmo tempo em que se diferencia dos demais estados do país pelo equilíbrio fiscal e pelo ambiente de negócios, ainda precisa superar desafios importantes. Entre eles estão gargalos históricos ligados agenda do século XX como a melhoria da infraestrutura e a integração logística nacional, e novas demandas, como a escassez de capital humano qualificado e o avanço no uso da automação e da inteligência artificial.

O futuro que almejamos só será construído com uma indústria forte. O setor deixou há muito tempo de ser apenas uma atividade produtiva e se consolidou como uma estrutura essencial para gerar renda, atrair investimentos, fortalecer cadeias produtivas e criar oportunidades para a população.

No Espírito Santo, a indústria é uma das principais forças de sustentação da economia. Representa 28,5% do PIB estadual, responde por mais de 80% das exportações, reúne mais de 21,8 mil empresas e gera quase 284 mil empregos formais.

Sempre que uma indústria se instala ou amplia suas atividades, o impacto ultrapassa os limites da própria empresa. O investimento cria raízes, espalha-se pelo território e movimenta toda a economia. Crescem os fornecedores, os prestadores de serviço, a logística, o comércio, a inovação, o turismo, a qualificação profissional e os municípios que recebem esses empreendimentos.

Esse movimento tende a ganhar ainda mais força nos próximos anos. Até 2031, o Espírito Santo tem mais de R$ 100 bilhões em investimentos produtivos previstos, distribuídos em mais de 240 projetos. Esse volume representa uma agenda concreta de futuro para o Estado. Mas oportunidade, sozinha, não garante desenvolvimento sustentado.

Para transformar investimentos em crescimento real, precisamos preparar o Espírito Santo para competir dentro e fora do país. Isso passa por infraestrutura adequada, segurança jurídica, ambiente de negócios mais simples, capital humano mais qualificado, inovação, sustentabilidade e redução do Custo Brasil.

Com esses desafios em vista, a FINDES entrega a Agenda da Indústria Capixaba 2026 – documento que organiza as demandas da indústria, amplia o diálogo com o poder público e apresenta propostas para ajudar o Estado a avançar. O trabalho foi construído de forma coletiva, com a participação dos sindicatos, das Câmaras Setoriais, dos Conselhos Temáticos e das empresas que conhecem, na prática, os desafios de cada cadeia produtiva. A elaboração técnica foi conduzida pelo OBSERVATÓRIO FINDES.

Este material apresenta 65 propostas divididas em seis temáticas estratégicas: Infraestrutura, Tributação, Financiamento, Capital Humano, Inovação e Meio Ambiente. Com elas, a Federação apresenta diagnósticos, aponta gargalos e propõe caminhos para superar problemas estruturais que limitam o ambiente de negócios e a competitividade das empresas capixabas.

A FINDES acredita que o desenvolvimento não se constrói com decisões isoladas. Ele exige planejamento, escuta ativa, articulação e compromisso com o longo prazo. O Espírito Santo tem condições reais de se consolidar como um Estado ainda mais competitivo, inovador e preparado para o futuro. Mas, para isso, a indústria precisa estar no centro das decisões estratégicas.

Será fortalecendo a indústria que ampliaremos a geração de empregos, renda, inovação, investimentos, desenvolvimento socioeconômico dos municípios e qualidade de vida para a sociedade capixaba. É com essa visão que seguimos atuando: defendendo a indústria, apoiando quem produz e contribuindo para que o Espírito Santo transforme oportunidades em desenvolvimento.

Tenha uma boa leitura e use este documento como um instrumento em prol do desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo.



Paulo Baraona
Presidente da FINDES

Cenário econômico

Cada novo ciclo político nos apresenta um momento para análise sobre os projetos que nos trouxeram até aqui e oportunidades frente ao cenário que se desenha para os próximos anos. Considerando o desempenho econômico do Espírito Santo, o atual ciclo, iniciado em 2023, vem sendo marcado pelo crescimento consistente da economia do estado até o momento, e também indica perspectivas da manutenção deste resultado positivo até o ano do seu encerramento, em 2026.

Ao analisarmos mais atentamente os resultados do período, nota-se que entre 2023 e 2025 o Espírito Santo apresentou um crescimento consecutivo que não havia sido registrado pelo estado desde 2009. Em 2023, a economia capixaba cresceu 3,4%, após ter apresentado resultado negativo em 2022. Já nos anos de 2024 e 2025, a economia do Espírito Santo cresceu 2,7% e 3,4%, respectivamente. Destaca-se que, deste período, apenas o crescimento registrado em 2024 esteve abaixo do resultado nacional.

Neste contexto de crescimento econômico, todos os setores que compõem a estrutura produtiva da economia capixaba – o setor industrial, agropecuário e de serviços, apresentaram resultados positivos nos três anos, com exceção apenas do agropecuário em 2023, que recuou devido aos efeitos da bienalidade negativa do café. O setor industrial, composto pelas atividades extrativa, de transformação, de construção e de energia e saneamento, se destacou ao longo do triênio, registrando crescimentos de 8,6% em 2023, 1,4% em 2024 e 6,6% em 2025.

De fato, o setor industrial se mostrou dinâmico a longo dos três anos, considerando que as taxas de crescimento registradas foram resultado da combinação entre as atividades industriais no período: se em 2023 e 2025, os crescimentos foram puxados pela indústria extrativa; em 2024, a redução do setor extrativo foi compensada pela combinação dos resultados positivos de energia e saneamento, transformação e construção, resultados que demonstram a complementaridade da atividade industrial do estado.

E estes indicadores positivos, não só do setor industrial como da economia capixaba como um todo, foram sustentados por um conjunto de fatores ao longo dos três anos. Internamente, mesmo em um cenário nacional de juros elevados para fazer frente à inflação brasileira, que se manteve acima da meta durante todo o período, o crescimento do setor de serviços indica que a demanda por bens e serviços se manteve em expansão. Entre os fatores que colaboram com esta expansão da demanda está o mercado de trabalho: a taxa de desocupação do estado atingiu os menores níveis da série histórica, com o desemprego fechando o ano de 2025 em 3,3%, muito abaixo da média nacional (5,6%). Além do baixo desemprego, houve também aumento do rendimento médio real dos trabalhadores em 4,3%, um resultado que reforça a trajetória de crescimento iniciada após o período da pandemia. Com mais emprego e renda, o consumo das famílias contribuiu para reduzir parte dos efeitos restritivos que os juros elevados geralmente apresentam sobre o consumo.

Por sua vez, o cenário internacional também apresentou desafios ao estado no triênio de 2023-2025. A guerra entre Rússia e Ucrânia, iniciada em 2022, continuou pressionando os preços de energia e fertilizantes. Os bancos centrais das principais economias mantiveram taxas de juros elevadas. Em 2024 e 2025, conflitos geopolíticos como as guerras no Oriente Médio e as tensões comerciais e bélicas impostas pelo segundo mandato do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, elevaram a incerteza do cenário global,

PIB e IAE-FINDES

	2023	2024	2025	2026*(p)**
Brasil	3,2%	3,4%	2,3%	*2,0%*
Espírito Santo	3,4%	2,7%	3,4%	*1,7%*

IAE-FINDES ES: Setores

	2023	2024	2025
Agropecuário	-10,1%	6,0%	13,6%
Serviços	2,6%	3,1%	1,2%
Indústria	8,6%	1,4%	6,6%
Extrativa	22,5%	-2,2%	19,4%
Transformação	-3,8%	1,5%	-0,6%
Energia e Saneamento	10,9%	12,5%	2,1%
Construção	1,2%	2,5%	-0,4%

*Nota: (p) – projeção. Para o Brasil, a projeção do PIB é do Relatório Focus do dia 17 de agosto de 2026.
Para o Espírito Santo, a projeção do PIB/IAE-FINDES foi divulgada pelo OBSERVATÓRIO FINDES em junho de 2026.
Fonte: IBGE, OBSERVATÓRIO FINDES e BCB.

Juros (Taxa Selic) - fim de período

2023	2024	2025	2026*
11,75%	12,25%	15,00%	13,75%

*Projeção taxa Selic para 2026.

Inflação (IPCA)

	2023	2024	2025	2026*(p)**
Meta	3,25%	3,0%	3,0%	*3,0%*
Brasil	4,6%	4,83%	4,26%	*5,0%*
Grande Vitória	5,10%	4,26%	4,99%	-

*Nota: (p) – projeção. As projeções da Selic e do IPCA são do Relatório Focus do dia 17 de agosto de 2026.
Fonte: IBGE e BCB.

Desemprego (Taxa de Desocupação)

	2023	2024	2025
Brasil	7,7%	6,6%	5,6%
Espírito Santo	5,7%	3,9%	3,3%

Rendimento Médio Real (Variação - %)

	2023	2024	2025
Brasil	7,0%	3,6%	5,8%
Espírito Santo	5,4%	3,5%	4,3%

Fonte: IBGE.

PIB Global (FMI)

	2023	2024	2025	*2026(p)*
Mundo	3,3%	3,5%	3,5%	*3,0%*
União Europeia	0,6%	1,2%	1,6%	*1,2%*
Países de renda alta	1,7%	1,9%	1,9%	*1,7%*
Países de renda média e média-alta	4,4%	4,5%	4,5%	*3,8%*
EUA	2,9%	2,8%	2,1%	*2,3%*
China	5,4%	5,0%	5,0%	*4,6%*

Nota: (p) – projeção. As projeções são do Relatório World Economic Outlook (WEO) do FMI de julho de 2026.
Fonte: FMI.

adicionando descompassos às cadeias de suprimento e às perspectivas de crescimento global.

E os conflitos e incertezas presentes no cenário internacional devem impactar a economia global até o fechamento de 2026. As projeções realizadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para a União Europeia indicam crescimento de 1,2% até o final do ano, resultado próximo ao que o Fundo projetou para os países de renda alta, de 1,7%.

Já as perspectivas do IBGE para o Brasil, país de renda média-alta, são de encerramento de 2026 com um crescimento de 2,0%. Por sua vez, as projeções para a economia capixaba, realizadas pelo OBSERVATÓRIO FINDES a partir do Indicador de Atividade Econômica (IAE-FINDES), são de crescimento de 1,7% até o encerramento do ano, resultado que deve ser sustentado pelos três setores que compõem a economia capixaba.

Do lado da indústria, os estímulos devem vir, sobretudo, do setor extrativo, a partir do crescimento nas produções de petróleo, gás e minério de ferro. Já a atividade agropecuária deve registrar recordes na produção de café. Por sua vez, a expectativa é de que os serviços continuarão sendo favorecidos pelo mercado de trabalho aquecido e dinamismo do setor de transportes. Adicionalmente, contribui para esse cenário uma maior expectativa para a inflação brasileira que, por sua vez, impacta no ciclo de redução da taxa de juros - que este ano, de acordo com as expectativas de mercado, devem chegar a 13,75%.



Marília Gabriela Elias da Silva
Economista-Chefe da FINDES e Gerente Executiva do OBSERVATÓRIO FINDES

Desta forma, o novo ciclo político, a ser iniciado em 2027, muito provavelmente partirá de um cenário de crescimento consecutivo da economia capixaba a partir dos seus setores que, em conjunto, têm feito frente aos desafios domésticos e externos que devem continuar impactando o estado nos próximos anos. A compreensão destes desafios conjunturais, alinhados às pautas que compõem a **Agenda da Indústria Capixaba 2026**, em sua maioria de caráter estrutural, torna-se relevante para que os candidatos aos cargos eletivos no Espírito Santo possam tomar as melhores decisões sobre suas propostas e projetos de governo que impactarão, de forma tão significativa, o processo de desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo.



Pauta prioritária

1. INFRAESTRUTURA

Apoiar a concessão de rodovias federais e demais projetos estruturantes no Espírito Santo

2. INFRAESTRUTURA

Apoiar a expansão e modernização das ferrovias que conectam o Espírito Santo com a malha ferroviária federal

3. INFRAESTRUTURA

Apoiar a expansão da infraestrutura de distribuição de gás natural

4. INFRAESTRUTURA

Instituir uma Política Estadual para o desenvolvimento do Descomissionamento Offshore.

5. INFRAESTRUTURA

Desenvolver uma política de atração de investimentos voltada a setores intensivos em gás natural.

6. TRIBUTAÇÃO

Promover medidas que acelerem a adaptação do ambiente de negócios capixaba ao novo sistema tributário

7.

CAPITAL HUMANO

Alinhar a oferta de educação profissional e tecnológica às demandas atuais e futuras da indústria

8.

CAPITAL HUMANO

Fortalecer políticas de atração e retenção de talentos para ampliar a disponibilidade de profissionais qualificados no Espírito Santo

9.

MEIO AMBIENTE

Regulamentar e consolidar a implementação da Lei Geral do Licenciamento Ambiental Estadual

10.

MEIO AMBIENTE

Estruturar um ambiente regulatório favorável ao desenvolvimento de projetos de captura e armazenamento de carbono (CCS)

11.

FINANCIAMENTO

Fortalecer os instrumentos públicos estaduais de financiamento para reduzir o custo do crédito para investimentos produtivos

12.

INOVAÇÃO

Digitalizar e simplificar serviços públicos relacionados à atividade empresarial

15

INFRA-ESTRUTURA



A disponibilidade e a qualidade da infraestrutura desempenham um papel determinante na atração de investimentos, na redução dos custos operacionais e no aumento da competitividade das empresas. Em uma economia globalizada e altamente dinâmica como a do Espírito Santo, o crescimento sustentável do setor produtivo depende da atuação conjunta de duas frentes complementares: a **infraestrutura logística**, que possibilita a movimentação de bens e pessoas e integra a economia capixaba a mercados globais por meio dos modais portuário, ferroviário, rodoviário e aeroportuário; e a **infraestrutura de serviços de utilidade pública**, que fornece os insumos básicos e indispensáveis ao pleno funcionamento das atividades industriais, representada por energia elétrica, gás natural, saneamento e telecomunicações.

Do lado da infraestrutura logística, a posição geográfica privilegiada e a vocação histórica do Espírito Santo para o mercado internacional exigem uma malha de transportes moderna, fluida e multimodal. Garantir a eficiência de portos, ferrovias, rodovias e aeroportos é fundamental não apenas para escoar a produção local e abastecer o mercado interno, mas também para consolidar o estado como um hub logístico cada vez mais competitivo.

Por sua vez, a infraestrutura de serviços de utilidade pública representa o alicerce operacional e socioambiental da produção. A oferta contínua de energia elétrica e gás natural assegura a segurança operacional e a confiabilidade necessárias para o funcionamento das indústrias e a atração de empreendimentos de grande porte. De forma complementar, o avanço da universalização do saneamento básico eleva os padrões de saúde e sustentabilidade nos territórios industriais, enquanto a expansão da conectividade e da rede 5G fornece o suporte tecnológico imprescindível para a transformação digital, a automação e a inovação no ambiente produtivo.



Infraestrutura Logística

A infraestrutura logística integrada é, historicamente, um dos principais fatores de competitividade e desenvolvimento do Espírito Santo. A localização geográfica estratégica viabilizou o território capixaba como um corredor logístico de destaque nacional, sendo uma das principais portas de entrada e saída de mercadorias do país. Essa vocação é sustentada por uma rede que interliga eixos rodoviários federais e estaduais, o Corredor Centro-Leste ferroviário (composto pela EFVM e pela FCA), um aeroporto internacional e um robusto sistema portuário que atualmente conta com 10 portos em operação e 17 terminais.

Contudo, para manter sua posição de destaque e ter cada vez mais protagonismo como hub logístico global, o estado precisa fazer frente a gargalos estruturais históricos que limitam sua capacidade. Nas rodovias, a saturação de eixos estratégicos e a prorrogação de obras de duplicação elevam os custos logísticos. No modal ferroviário, a carência de investimentos na Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), especialmente no trecho que atende diretamente ao estado, tem provocado uma perda gradual de competitividade no escoamento de commodities agrícolas e minerais vindas de Minas Gerais e do Centro-Oeste.

Paralelamente, restrições operacionais nos acessos marítimos historicamente limitaram o tamanho das embarcações, reduzindo a competitividade capixaba no mercado, sobretudo de cargas de alto valor agregado movimentadas por contêiner, direcionando parte dessa movimentação para estados vizinhos. Na aviação, a falta de voos internacionais regulares de passageiros, bem como as limitações dos voos internacionais de cargas e a necessidade de modernização dos aeródromos regionais, que limitam a integração do interior, mantêm o estado dependente dos hubs aeroviários do Sudeste.

Diante desse cenário, o Espírito Santo atravessa um momento decisivo de transformação logística, impulsionado por um ciclo de investimentos públicos e privados. Apenas na atividade portuária, são R$ 6,9 bilhões entre 2020 e 2026, além de R$ 20,2 bilhões em oportunidades de investimentos futuros.[1] A privatização pioneira da autoridade portuária para a Vports abriu espaço para a modernização e a implantação de novas infraestruturas nos portos de Vitória e Barra do Riacho, acompanhada pela consolidação de novos terminais privados de grande porte e multicargas, com destaque para o Porto Imetame, o Porto Central e o TUP Urussuquara. Esse novo horizonte demandará eficientes conexões terrestres aos portos e, para isso, o estado deve avançar com o leilão do Anel Ferroviário do Sudeste (EF-118), a implantação de ferrovias sob o regime de autorização (EFMES, EF-352 e EFJK) e a duplicação de rodovias estratégicas do estado, como as BRs 101 e 262.

Infraestrutura de Serviços de Utilidade Pública

A infraestrutura de serviços de utilidade pública, que compreende os setores de energia elétrica, gás natural, saneamento básico e telecomunicações, constitui um alicerce produtivo indispensável para o aumento da produtividade, a atração de investimentos e a qualidade de vida no Espírito Santo. A presença de uma matriz energética robusta, integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e fortalecida pelo potencial de suprimento de gás natural, somada ao avanço do saneamento e à expansão das redes de telecomunicações, confere ao estado um ambiente favorável para o desenvolvimento industrial e a modernização da estrutura produtiva.

Contudo, para acompanhar o ritmo de crescimento econômico e as exigências da transição energética e digital, o estado ainda enfrenta questões relevantes. No setor elétrico, o avanço da eletrificação da economia e a maior inserção de fontes renováveis impõem desafios de capacidade nas redes de transmissão e distribuição, gerando riscos de restrições de conexão e interrupções (*curtailment*) e demandando soluções para ampliar a flexibilidade

operacional do sistema elétrico. No mercado de gás natural, persistem gargalos de infraestrutura de escoamento, transporte e distribuição que limitam a segurança e a flexibilidade do suprimento para a indústria. Paralelamente, no saneamento básico, a necessidade de acelerar a cobertura de serviços de água e esgoto para cumprir as metas do Marco Legal até 2033 exige um ritmo intenso de investimentos. Nas telecomunicações, embora a conectividade avance, a expansão do 5G no estado requer a criação de condições para acelerar sua interiorização, sobretudo em áreas com menor atratividade econômica para as operadoras.

Diante disso, o Espírito Santo atravessa um momento oportuno de transformação e modernização de suas redes de serviços essenciais. A consolidação da concessão dos blocos regionais da Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN) e a implementação das diretrizes do Marco Legal do Saneamento abrem caminho para a universalização do atendimento. No setor elétrico e de gás natural, o avanço da regulação e a incorporação de novas tecnologias de armazenamento e redes inteligentes promovem maior eficiência operacional. Já no ecossistema digital, o compromisso nacional de universalização do 5G até 2029 cria um horizonte propício para o avanço de aplicações associadas a cidades inteligentes, mobilidade, automação e modernização da estrutura produtiva.

Dessa forma, **a Agenda da Indústria Capixaba 2026 apresenta propostas voltadas à articulação institucional para obras federais, modernização de marcos regulatórios, ampliação de concessões e viabilização de novos eixos de alta capacidade para o eixo de infraestrutura logística; e propostas voltadas à coordenação institucional para a expansão e modernização das redes de utilidades, ao fortalecimento dos ambientes regulatórios estaduais e municipais e ao fomento de parcerias com o setor privado para o eixo de infraestrutura de serviços de utilidades.** Em conjunto, essas iniciativas visam consolidar o Espírito Santo como referência em eficiência e competitividade, impulsionando o desenvolvimento sustentável e a atração de novos negócios para o estado.

A Agenda da Indústria Capixaba 2026 apresenta propostas voltadas à articulação institucional para obras federais, modernização de marcos regulatórios, ampliação de concessões e viabilização de novos eixos de alta capacidade para o eixo de infraestrutura logística; e propostas voltadas à coordenação institucional para a expansão e modernização das redes de utilidades, ao fortalecimento dos ambientes regulatórios estaduais e municipais e ao fomento de parcerias com o setor privado para o eixo de infraestrutura de serviços de utilidades.

PROPOSTAS DA INDÚSTRIA PARA O TEMA

INFRAESTRUTURA:

INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

1.

Apoiar a concessão de rodovias federais e demais projetos estruturantes no Espírito Santo

RODOVIAS

Atuar diretamente no apoio e no acompanhamento das concessões de rodovias federais presentes no Espírito Santo, com foco prioritário e estratégico nos trechos das BRs 262 e 259, estabelecendo uma interlocução permanente com órgãos reguladores e concessionárias para acelerar intervenções e melhorias viárias indispensáveis ao escoamento da produção e ao desenvolvimento regional. Nesse contexto, a atuação deve priorizar a conclusão dos projetos executivos, dos estudos ambientais, da modelagem e do cronograma de obras da BR-259, bem como assegurar o cronograma de desembolso dos recursos do acordo de reparação de Mariana destinados à BR-262, acompanhando a estruturação da concessão e a garantindo o início e continuidade das obras. Adicionalmente, devem ser direcionados esforços para o monitoramento e a garantia do cumprimento dos investimentos, das obras estruturantes e das melhorias operacionais previstos no contrato de concessão da BR-101, garantindo segurança e mobilidade eficiente aos usuários das rodovias capixabas.

2.

Expandir as parcerias público-privadas para rodovias estaduais

RODOVIAS

Definir de forma técnica os trechos rodoviários estaduais prioritários a serem concedidos à iniciativa privada, estruturando um programa atrativo de concessões de rodovias. A priorização levará em conta os principais eixos logísticos e turísticos atualmente saturados do estado, focando na captação de capital privado para viabilizar grandes intervenções de engenharia. Entre as obras previstas estão a duplicação de pistas, a construção de terceiras faixas e a implementação de tecnologias de sinalização e gestão de tráfego, garantindo maior fluidez no transporte e um salto significativo na segurança viária de todos os usuários.

3.

Apoiar a expansão e modernização das ferrovias que conectam o Espírito Santo com a malha ferroviária federal

FERROVIAS

Articular, junto ao Governo Federal e ao Ministério dos Transportes, o destravamento de investimentos na malha ferroviária que atende o Espírito Santo. Entre os investimentos prioritários, destaca-se a expansão e a eficiência da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), a concessão e a implementação do Anel Ferroviário do Sudeste (ferrovia EF-118), e a viabilização dos investimentos estratégicos da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), no trecho que atende ao Espírito Santo. Essa atuação visa fortalecer a infraestrutura do transporte ferroviário do estado, potencializar a capacidade de movimentação de cargas de alto volume e conectar as áreas de produção aos portos capixabas de maneira competitiva.

4.

Defender a recapacitação do corredor ferroviário Centro-Leste

FERROVIAS

Atuar ativamente junto ao Ministério dos Transportes e à ANTT no processo de renovação antecipada da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), acompanhando as etapas regulatórias por meio da submissão contínua de pleitos técnicos, da estruturação de grupos de trabalho com a concessionária e da mobilização constante da bancada federal capixaba. A atuação visa exigir a inclusão de investimentos obrigatórios voltados à modernização da malha ferroviária e à eliminação de gargalos urbanos no acesso ao Espírito Santo, como o contorno ferroviário de Belo Horizonte, a extensão Pirapora-Unaí e a recapacitação do Ramal Piraqueaçu. O objetivo central é garantir que os termos finais da prorrogação do contrato contemplem contrapartidas reais em obras estruturantes, aumentando a capacidade de transporte de cargas.

5.

Apoiar os projetos de ferrovias privadas no estado

FERROVIAS

Apoiar e destravar projetos de ferrovias privadas enquadradas no regime de autorização, proporcionando um ambiente favorável à consolidação desses investimentos no estado. O foco prioritário abrange o avanço dos projetos da Estrada de Ferro Minas-Espírito Santo (EFMES), da EF-352 e da Estrada de Ferro Juscelino Kubitschek (EFJK / EF-030), que são os projetos em desenvolvimento no estado. Para assegurar a viabilidade dessas iniciativas, o estado deve atuar na articulação entre entes públicos e privados, na agilização dos processos de licenciamento ambiental, na defesa do acesso facilitado a debêntures incentivadas e outros instrumentos de financiamento e na garantia de uma integração eficiente entre as novas ferrovias e os demais modais rodoviários e portuários do Espírito Santo.

6.

Apoiar o fortalecimento da infraestrutura de acesso terrestre aos novos portos do estado

PORTOS

Garantir a execução planejada de investimentos públicos e privados destinados à infraestrutura de acessos rodoviários e ferroviários de alta capacidade, conectando com eficiência os novos complexos portuários em desenvolvimento no Espírito Santo. As ações priorizam a realização de obras estruturantes essenciais, como a duplicação de vias, a construção de contornos e variantes urbanas para retirar o tráfego pesado das cidades e a criação de conexões diretas e eficientes com as malhas ferroviárias federais. O objetivo principal é eliminar gargalos logísticos na chegada aos portos, reduzindo custos operacionais, otimizando o tempo de transporte e aumentando a competitividade logística do estado no cenário nacional.

7.

Apoiar os investimentos de ampliação e modernização dos portos capixabas

PORTOS

Apoiar os investimentos voltados à expansão e modernização tecnológica dos complexos portuários públicos e privados no Espírito Santo, que visam ampliar a capacidade instalada e a eficiência operacional, como a manutenção e o aumento da profundidade dos canais de navegação por meio de dragagens e da ampliação das áreas retroportuárias. Para viabilizar tais investimentos, deve-se oferecer suporte institucional à agilização dos licenciamentos ambientais, contribuindo para a segurança jurídica dos contratos de longo prazo e estabelecendo incentivos que atraiam novos investidores e operadores para o setor.

8.

Viabilizar o desenvolvimento da hidrovia do Rio Santa Maria da Vitória

HIDROVIAS

Apoiar e cooperar com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) na formatação, na elaboração de estudos ambientais e no desenvolvimento do projeto executivo da Hidrovia do Rio Santa Maria da Vitória, promovendo a integração do modal hidroviário à matriz de transportes do estado. A iniciativa busca transformar o rio em uma via navegável eficiente para o transporte de mercadorias, reduzindo a sobrecarga das rodovias da Região Metropolitana e oferecendo uma alternativa logística mais eficiente. Com isso, pretende-se diversificar os modais estaduais e impulsionar a atividade logística da Grande Vitória.

9.

Impulsionar a conectividade aérea do estado

AEROPORTOS

Impulsionar a conectividade aérea do estado do Espírito Santo por meio do fortalecimento e da ampliação da malha regional, incluindo a implantação de novos aeroportos, a atração de voos regulares para o Aeroporto de Cachoeiro de Itapemirim, a maior utilização do Aeroporto de Linhares e a melhoria contínua dos demais aeródromos públicos e instalações existentes. Essa estratégia contempla a criação de mecanismos e incentivos para que as companhias aéreas estabeleçam rotas regulares e operações charter no estado, além do diálogo constante com o governo federal para viabilizar concessões patrocinadas, concessões conjuntas de aeroportos regionais e a adesão ao Programa AmpliAR, aumentando a sustentabilidade operacional e a atratividade desses empreendimentos.

10.

Ampliar a conexão internacional de cargas e passageiros do Aeroporto de Vitória

AEROPORTOS

Articular com a concessionária aeroportuária responsável, companhias aéreas nacionais e internacionais e a Embratur a atração de novos voos internacionais regulares, contemplando tanto o transporte de passageiros quanto o fluxo de cargas no Aeroporto de Vitória. Para viabilizar economicamente essa expansão, implementar incentivos fiscais atrativos voltados ao Querosene de Aviação (QAV), reduzindo custos operacionais para as empresas do setor. Paralelamente, deve-se direcionar esforços para promover adequações operacionais e melhorias na infraestrutura alfandegária e de fiscalização internacional, garantindo maior eficiência, agilidade no desembaraço de cargas e conforto aos passageiros.

11.

Apoiar a estruturação de áreas industriais e retroportuárias integradas a corredores logísticos

LOGÍSTICA

Priorizar investimentos em infraestrutura viária e serviços básicos ao longo dos principais corredores industriais do estado. Paralelamente, apoiar o planejamento territorial, desenvolver a infraestrutura de apoio e promover a celeridade no licenciamento de novas áreas industriais e zonas retroportuárias estratégicas. O objetivo é estruturar polos de suporte que ofereçam energia, redes de gás natural, saneamento, acessos rodoviários e ferroviários de alta qualidade e conexões rápidas com portos, garantindo condições ideais para a atração e a permanência de novas empresas. Esse ordenamento espacial integrado otimiza a movimentação de insumos e produtos finalizados, criando um ecossistema industrial competitivo, seguro e integrado aos modais de escoamento.

12.

Modernizar o arcabouço regulatório estadual para concessões e autorizações dos transportes rodoviário e ferroviário

LOGÍSTICA

Modernizar o arcabouço regulatório estadual para concessões e autorizações dos transportes rodoviário e ferroviário, instituindo diretrizes modernas para outorgas, parcerias e concessões de infraestrutura de transporte integralmente localizadas no território do Espírito Santo. A atualização da legislação visa conferir maior transparência, previsibilidade e agilidade aos processos administrativos, alinhando as regras estaduais às melhores práticas regulatórias nacionais e internacionais. Com normas claras e estáveis, o estado fortalece a segurança jurídica para investidores privados, estimula a inovação nos serviços prestados e garante um sistema de transporte mais eficiente e seguro.

13.

Apoiar o fortalecimento da governança, da autonomia e da estrutura técnica das agências reguladoras de transportes e do DNIT

LOGÍSTICA

Articular em nível nacional a revisão e modernização das leis que disciplinam a governança das agências reguladoras (ANTT, ANAC e ANTAQ) e do DNIT, instituindo mecanismos que assegurem orçamento mínimo obrigatório, recomposição de quadros técnicos especializados e reestruturação organizacional. O objetivo dessa articulação institucional é fortalecer a autonomia técnica e a capacidade operacional desses órgãos, garantindo agilidade na análise de projetos, na fiscalização de contratos e no planejamento de longo prazo. Uma gestão pública qualificada e previsível no setor de infraestrutura reduz burocracias desnecessárias e atrai maiores investimentos para o estado.

14.

Atuar junto ao Governo Federal para ampliar a política de Conteúdo Local relacionadas ao setor de energia

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Articular junto ao Governo Federal, a Ministérios estratégicos e a agências reguladoras, com o objetivo de aprimorar e modernizar as regras de Conteúdo Local aplicadas aos leilões de energia e aos contratos do setor de petróleo e gás natural. O propósito é criar diretrizes que assegurem a competitividade e estimulem a presença contínua da cadeia de fornecedores local. Essa iniciativa visa ampliar a participação de empresas e prestadores de serviços capixabas e nacionais em grandes projetos industriais, gerando novos empregos de alta qualificação, renda e inovação tecnológica dentro do estado.

INFRAESTRUTURA DE SERVIÇOS ESSENCIAIS

15.

Promover condições locais para expandir a infraestrutura de telecomunicações visando fortalecer o 4G e ampliar o alcance do 5G em todo o território capixaba

TELECOMUNICAÇÕES

Promover localmente iniciativas para acelerar a expansão da infraestrutura de telecomunicações, fortalecendo o 4G e ampliando o 5G no interior do estado, especialmente em regiões com potencial logístico, baixa cobertura e menor atratividade econômica para as operadoras. A expansão das tecnologias de telecomunicações pode impulsionar aplicações em cidades inteligentes, saúde, mobilidade, automação, robótica e modernização da estrutura produtiva. O compromisso da Anatel de universalizar o 5G em todos os municípios brasileiros até 2029 reforça a importância de ampliar a conectividade e promover ações coordenadas em âmbito local. Diante desse cenário, tornam-se necessárias ações de cooperação institucional, planejamento territorial, modernização da legislação municipal, simplificação do licenciamento de antenas e fortalecimento do ambiente regulatório.

16.

Ampliar os investimentos em saneamento básico para acelerar a universalização dos serviços

SANEAMENTO

Fortalecer a implementação dos investimentos previstos após a concessão dos blocos regionais de saneamento, ampliando a cobertura dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e acelerando o cumprimento das metas de universalização estabelecidas pelo Marco Legal do Saneamento Básico até 2033. A iniciativa deve contribuir para a modernização da infraestrutura do setor, ampliar a segurança hídrica, melhorar as condições ambientais e de saúde pública e fortalecer a atratividade dos municípios para novos empreendimentos. No Espírito Santo, a consolidação desse novo modelo representa uma oportunidade para impulsionar o desenvolvimento regional, elevar a qualidade de vida da população e criar condições mais favoráveis à expansão das atividades produtivas.

17.

Apoiar a expansão da infraestrutura de distribuição de gás natural

GÁS NATURAL

Apoiar a expansão da infraestrutura de distribuição de gás natural no Espírito Santo, por meio da articulação com a União, agentes reguladores e a iniciativa privada, visando viabilizar novos investimentos e ampliar a oferta do setor energético no estado. Incentivar a ampliação da capacidade de processamento de gás natural e a interiorização das redes de distribuição, de forma a atender à expansão do mercado consumidor, à conexão de biometano e fortalecimento da integração regional.

18.

Apoiar a expansão da oferta de energia elétrica e da infraestrutura de transmissão e distribuição no Espírito Santo

ENERGIA

Apoiar investimentos em projetos de geração de energia elétrica voltados à ampliação da oferta no Espírito Santo. Articular, em conjunto com os agentes públicos e privados, iniciativas que contribuam para o planejamento, a expansão e a modernização das redes de transmissão e distribuição de energia. Promover a integração entre Governo do Estado, distribuidoras, investidores, órgãos reguladores e demais agentes do setor para apoiar o atendimento às demandas de conexão de novos empreendimentos, estimular a expansão da infraestrutura elétrica em regiões prioritárias para o desenvolvimento econômico do estado, ampliar a confiabilidade do sistema e fortalecer a competitividade da economia capixaba.

19.

Apoiar a implementação de mecanismos de desconcentração da oferta de gás (Gas Release) e a ampliação do mercado livre de gás natural

GÁS NATURAL

Articular, junto à União e aos órgãos reguladores, iniciativas voltadas à implementação de mecanismos de desconcentração da oferta de gás natural, em especial por meio do programa Gas Release, para ampliar a concorrência no mercado e permitir a entrada de novos supridores no Espírito Santo. Estimular a ampliação do mercado livre de gás natural, apoiando a conclusão e implementação de acordo operacional entre transportadora, distribuidora, supridores e grandes consumidores (CORD) para diversificação das alternativas de contratação e fortalecimento da competitividade da indústria. Promover a convergência entre os normativos das esferas federal e estadual, visando ao aprimoramento das regras, à redução de conflitos regulatórios e ao fortalecimento da segurança jurídica do setor de gás natural no Espírito Santo.

20.

Apoiar o crescimento da geração renovável de energia e a integração com sistemas de armazenamento em baterias

ENERGIA

MEIO AMBIENTE

Apoiar a atração de investimentos em projetos de geração eólica, solar e outras fontes renováveis integrados a soluções de mitigação de curtailment, em especial a sistemas de armazenamento por meio de baterias, de forma a ampliar a flexibilidade operacional do sistema elétrico, reduzir restrições à conexão de novos empreendimentos e aumentar o aproveitamento da energia gerada. Articular, junto à esfera federal, ações de apoio à regulamentação da Lei nº 15.097/2025 (Marco do Aproveitamento do Potencial Energético Offshore), considerando o elevado potencial para o desenvolvimento da geração eólica offshore no Espírito Santo. Articular, por meio dos órgãos estaduais competentes, apoio institucional à implantação de projetos de geração renovável no estado.

21.

Estimular a expansão da geração distribuída no Espírito Santo

ENERGIA

Estimular a expansão da geração distribuída, fortalecendo e ampliando as ações do Programa de Geração de Energias Renováveis do Espírito Santo (GERAR) como instrumento estadual. Apoiar iniciativas voltadas à ampliação da micro e da minigeração distribuída (MMGD), incluindo ações de articulação institucional, aprimoramento do acesso à rede de distribuição, desenvolvimento tecnológico, inovação e atração de investimentos. Promover a articulação entre órgãos estaduais, municípios, distribuidoras de energia, setor produtivo e iniciativa privada para ampliar a implantação de sistemas de micro e minigeração distribuída, contribuindo para a descentralização da geração elétrica, o uso eficiente dos recursos energéticos e o fortalecimento da competitividade da economia capixaba.

22.

Instituir uma Política Estadual para o desenvolvimento do Descomissionamento Offshore

ENERGIA

O Brasil entra em uma nova fase de descomissionamento de plataformas e instalações offshore, impulsionada pela maturidade dos ativos. Entre 2025 e 2029, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estima investimentos de R$ 72,3 bilhões no descomissionamento de 1.327 poços, dos quais 98,2% destinados a operações offshore. No Espírito Santo, estão previstos R$ 4,79 bilhões para o descomissionamento de 79 poços, mantendo o Estado na terceira posição nacional em investimentos previstos. Como a atividade ainda está em estruturação no país, persistem lacunas e incertezas tributárias, regulatórias e operacionais. Nesse contexto, uma Política Estadual para o Desenvolvimento do Descomissionamento Offshore poderá estabelecer diretrizes e condições para atuação do Estado em aspectos como tributação, licenciamento ambiental de competência estadual, infraestrutura, desenvolvimento da cadeia de fornecedores e atração de investimentos. A iniciativa contribuirá para ampliar a previsibilidade e a segurança jurídica, fortalecer a cadeia produtiva e criar condições para que o Espírito Santo capture maior parcela desse mercado.

23.

Desenvolver uma política de atração de investimentos voltada a setores intensivos em gás natural

ENERGIA

O Espírito Santo possui condições relevantes para ampliar o uso do gás natural como vetor de desenvolvimento industrial. Segundo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o Estado possuía 32,3 bilhões de m³ em reservas de gás natural em 2024, a quarta maior do país. Mais de 60 indústrias capixabas já utilizam o insumo, apoiadas por uma rede de distribuição de aproximadamente 540 km, cuja expansão está prevista no Programa ES Mais+Gás. O programa prevê ampliar a rede para mais de 1.780 km até 2034 e estima cerca de R$ 20 bilhões em investimentos. Nesse contexto, uma política estadual de atração de investimentos pode aproveitar a disponibilidade do recurso, a infraestrutura existente e a base industrial instalada para estimular novos empreendimentos intensivos em gás natural, como os setores de fertilizantes, químico, petroquímico, siderúrgico, vidreiro, cerâmico e de hidrogênio de baixo carbono, fortalecendo o desenvolvimento industrial e a descarbonização da economia capixaba.

24.

Atuar, em conjunto com a Petrobras, a ANP e o Ministério de Minas e Energia para fortalecer a atratividade da Bacia do Espírito Santo

ENERGIA

De acordo com dados do OBSERVATÓRIO FINDES, o Espírito Santo ocupa posição estratégica na produção nacional de petróleo e gás natural. Em 2025, o Estado produziu, em média, 192,9 mil barris de petróleo e 5,08 milhões de m³ de gás natural por dia. As projeções indicam que a produção deverá atingir seu pico próximo de 2028 e, posteriormente, entrar em trajetória de queda, reforçando a necessidade de reposição de reservas e continuidade dos investimentos exploratórios. A Bacia do Espírito Santo ainda apresenta áreas com potencial para novas atividades de exploração e produção, enquanto a cadeia produtiva reúne mais de 600 empresas e 15 mil trabalhadores. Nesse contexto, a articulação entre Governo do Estado, Petrobras, ANP e Ministério de Minas e Energia (MME) deve contribuir para ampliar a atratividade da bacia, estimular novos investimentos em exploração e produção e fortalecer sua inserção frente às demais bacias produtoras, aproveitando seu potencial e contribuindo para sustentar a produção e os efeitos econômicos do setor no Estado.

25.

Equiparar o tratamento tributário do óleo diesel marítimo para o setor de petróleo e gás ao praticado no Rio de Janeiro

ENERGIA

Promover a internalização do Convênio ICMS nº 29/2023 no Espírito Santo, com a concessão de crédito presumido sobre o óleo diesel marítimo utilizado nas atividades de pesquisa, exploração, produção de petróleo e gás natural e movimentação logística. A medida permitiria equiparar o tratamento tributário do Espírito Santo ao adotado pelo Rio de Janeiro, que concede crédito presumido de 62,5% sobre a alíquota ad rem do ICMS para essas operações. No Espírito Santo, o benefício ainda não foi internalizado na legislação estadual. A medida reduziria um dos principais custos das operações de apoio ao setor de petróleo e gás, já que o óleo diesel marítimo representa aproximadamente 15% a 20% dos custos operacionais das embarcações, contribuindo para melhorar a competitividade dos projetos no Espírito Santo e preservar investimentos, empregos, fornecedores e receitas públicas associadas à atividade.



31

TRIBUTAÇÃO

A construção de um ambiente econômico favorável à indústria passa, inevitavelmente, pela qualidade do **sistema tributário**. No Espírito Santo, como em todo o Brasil, a tributação representa uma das principais dimensões da competitividade empresarial. Essa relevância não está relacionada apenas ao peso dos tributos sobre a atividade produtiva, mas também à carga burocrática imposta pela complexidade das obrigações acessórias e à insegurança jurídica gerada por interpretações divergentes. Um sistema tributário bem estruturado é condição essencial para atrair investimentos, estimular a inovação, fortalecer cadeias produtivas e promover um desenvolvimento econômico mais sustentável.

Em um contexto em que a Reforma Tributária representa a reestruturação do sistema de tributação sobre o consumo, com a substituição progressiva de tributos como ICMS, ISS, PIS, Cofins e IPI pelo IBS, pela CBS e pelo Imposto Seletivo, será necessário adotar medidas que simplifiquem o período de adoção do novo sistema. Trata-se de uma transição de relevância estrutural, com capacidade de reduzir distorções históricas, simplificar o ambiente de negócios e melhorar a alocação de recursos na economia. No entanto, essa transição também impõe desafios concretos para as empresas, que precisarão adaptar sistemas, processos internos e rotinas fiscais a um novo arcabouço normativo.

A adaptação ao novo modelo tributário exigirá investimentos significativos das empresas em tecnologia, capacitação e revisão de processos. Caberá às autoridades, portanto, o papel de reduzir os custos e as incertezas dessa transição, para que o período de mudanças não gere insegurança jurídica. Isso passa pela oferta de orientação técnica qualificada, por canais de atendimento acessíveis, pela disponibilização de manuais, simuladores e cursos que auxiliem as empresas, especialmente as de menor porte, na compreensão e implementação das mudanças. A simplificação das obrigações acessórias e a redução dos custos de conformidade tributária são igualmente fundamentais, contribuindo para um ambiente de negócios mais transparente, competitivo e atraente para novos investimentos.

Da mesma forma, a devolução ágil de créditos tributários é condição para a saúde financeira das empresas. A Reforma já prevê prazo de até 30 dias para empresas participantes de programas de conformidade tributária e estabelece que, a partir de 2027, esse mecanismo será implementado para a CBS. Contudo, a parcela relativa ao ICMS permanecerá em vigor até 2033, o que reforça a necessidade de soluções estaduais complementares para o período de transição. Considerando que, no modelo atual,



o ressarcimento de créditos pode ultrapassar o prazo estabelecido na Reforma Tributária, qualquer avanço nessa direção representa um ganho concreto de competitividade para as empresas capixabas.

A extinção progressiva dos benefícios fiscais do ICMS torna ainda mais urgente o fortalecimento da competitividade do Espírito Santo por fatores estruturais. A atração e a retenção de investimentos não podem depender de renúncias fiscais; ela deve ser sustentada por um ambiente de negócios eficiente, estável e previsível. Nesse cenário, a redução de assimetrias tributárias em relação a outros estados é fundamental. Tratamentos diferenciados entre unidades da Federação distorcem decisões de investimento, deslocam atividades produtivas e comprometem a competitividade das empresas sediadas no Espírito Santo. A harmonização das regras locais em relação às de estados próximos contribui para um ambiente mais equilibrado, sem prejuízo do controle fiscal. Na mesma direção, a atualização de pontos específicos da legislação estadual pode eliminar divergências interpretativas, reduzindo o risco de autuações e conferindo maior uniformidade e previsibilidade à aplicação das normas tributárias.

Para além desses fatores, em um cenário em que o governo não possa adotar novos benefícios tributários, políticas fiscais bem estruturadas são instrumentos poderosos para induzir investimentos em atividades de maior valor agregado, fortalecer a competitividade industrial e ampliar a inserção das empresas capixabas nas cadeias globais de valor. A implementação da Reforma Tributária abre uma oportunidade para que o Espírito Santo, com uma saúde fiscal superior à de outras unidades da Federação, alinhe os instrumentos fiscais às estratégias de inovação e desenvolvimento produtivo, desonerando as atividades de pesquisa e o desenvolvimento tecnológico e atraindo novos investimentos para o estado.

Dessa forma, **a Agenda da Indústria Capixaba 2026 apresenta propostas voltadas à promoção da segurança jurídica durante a transição tributária do ICMS para o IBS, à redução das desigualdades competitivas entre estados e ao uso da tributação e outros instrumentos fiscais à disposição do governo como alavanca para a inovação e a competitividade do setor industrial capixaba**. A agenda tributária da indústria capixaba, portanto, reflete uma visão de desenvolvimento de longo prazo, em que o sistema tributário seja mais simples, justo, previsível e alinhado aos desafios do século XXI.

A Agenda da Indústria Capixaba 2026 apresenta propostas voltadas à promoção da segurança jurídica durante a transição tributária do ICMS para o IBS, à redução das desigualdades competitivas entre estados e ao uso da tributação e outros instrumentos fiscais à disposição do governo como alavanca para a inovação e a competitividade do setor industrial capixaba.



PROPOSTAS DA INDÚSTRIA PARA O TEMA
TRIBUTAÇÃO:

26.

Promover medidas que acelerem a adaptação do ambiente de negócios capixaba ao novo sistema tributário

TRANSIÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Implementar medidas que fortaleçam a competitividade das empresas durante a transição para o novo sistema tributário, por meio da simplificação tributária, da ampliação da segurança jurídica, da previsibilidade regulatória e do aperfeiçoamento do ambiente de negócios. A Reforma Tributária prevê a extinção progressiva desses incentivos até 2032, exigindo que os estados avancem na construção de uma competitividade baseada em fatores estruturais. Nesse contexto, é fundamental que o Espírito Santo antecipe esse movimento, substituindo a estratégia de atração de investimentos baseada em benefícios fiscais por um ambiente mais eficiente, estável e previsível, que ofereça infraestrutura, segurança jurídica e condições favoráveis ao desenvolvimento produtivo de longo prazo.

27.

Criar um programa de apoio para adaptação das empresas à Reforma Tributária

TRANSIÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Criar um programa de apoio à transição para a Reforma Tributária, com o objetivo de reduzir custos e inseguranças até a implementação total do novo sistema, com foco especial nas micro e pequenas empresas. O programa deve compreender ações integradas de capacitação técnica, incluindo treinamentos sobre legislação tributária; sistemas de gestão e conformidade fiscal; orientação técnica personalizada para diagnóstico de impactos e adequação de processos operacionais; e disponibilização de linhas de financiamento com condições favorecidas para investimentos em infraestrutura tecnológica, softwares de gestão tributária e sistemas informatizados. As ações devem ser executadas em articulação com instituições de apoio, proporcionando acesso democrático às informações e reduzindo vulnerabilidades durante a transição.

28.

Criar critérios e mecanismos objetivos que garantam a recuperação acelerada e aproveitamento de créditos do ICMS

SIMPLIFICAÇÃO E SEGURANÇA TRIBUTÁRIA

Implementar mecanismos e procedimentos administrativos que acelerem o ressarcimento e a compensação dos créditos tributários acumulados de ICMS, estabelecendo prazos máximos e critérios objetivos para sua análise técnica, processamento e devolução aos contribuintes. Tais medidas objetivam reduzir a imobilização de capital nas empresas, conferir maior previsibilidade financeira aos empreendimentos e garantir um fluxo de caixa mais estável, especialmente em setores críticos da economia. Adicionalmente, busca-se mitigar os impactos econômicos decorrentes da transição para o novo sistema tributário, promovendo segurança jurídica e evitando distorções competitivas entre empresas. A recuperação acelerada de créditos também contribui para fortalecer a competitividade dos setores produtivos do Espírito Santo, reduzindo o custo tributário implícito e permitindo maior reinvestimento em inovação e desenvolvimento.

29.

Adotar medidas que garantam a redução do custo de conformidade tributária

SIMPLIFICAÇÃO E SEGURANÇA TRIBUTÁRIA

Simplificar as obrigações tributárias acessórias a fim de diminuir o tempo e os recursos gastos pelas empresas no cumprimento de exigências fiscais, por meio da integração de declarações, cadastros e sistemas governamentais; da eliminação de exigências redundantes; da padronização e consolidação de regimes; da digitalização e automação de processos; e de medidas de apoio ao contribuinte até a efetivação das novas normas tributárias. Com isso, a simplificação e a desburocratização no cumprimento das obrigações acessórias podem aumentar a eficiência administrativa, reduzir os custos operacionais das empresas do Espírito Santo e melhorar o ambiente de negócios no estado, promovendo a redução do custo de conformidade tributária.

30.

Apoiar medidas de preservação da competitividade das atividades industriais exportadoras e portuárias

COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES E DA ATIVIDADE PORTUÁRIA

Apoiar a aprovação do PL 4423/2024, que institui o Novo Marco Legal do Mercado Externo e estabelece objetivos e diretrizes para que as atividades de regulação, controle aduaneiro e fiscalização do comércio exterior de mercadorias observem referenciais mínimos de transparência, celeridade e simplificação. A proposta introduz inovações relevantes para o setor, como mecanismos de facilitação do comércio, aprimoramento do controle administrativo e atualização da nomenclatura e da sistemática dos regimes aduaneiros especiais. Tais medidas contribuem para modernizar o ambiente regulatório do comércio exterior, reduzir entraves operacionais e fortalecer a competitividade das atividades industriais exportadoras e portuárias, reafirmando o Espírito Santo como um polo estratégico de exportações e logística nos cenários nacional e internacional.

31.

Fortalecer instrumentos fiscais de apoio à inovação, sustentabilidade e inserção internacional das indústrias capixabas

INSTRUMENTOS FISCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

MEIO AMBIENTE

FINANCIAMENTO

Estruturar e fortalecer instrumentos fiscais não tributários, como subvenções econômicas, fundos de desenvolvimento, linhas de financiamento, compras públicas de inovação e outros mecanismos de apoio ao investimento produtivo, com foco no incentivo à inovação, à transição para uma economia de baixo carbono, à internacionalização das empresas e ao aumento da competitividade da indústria capixaba. Com as restrições impostas pela Reforma Tributária à concessão de novos incentivos tributários estaduais no âmbito do IBS, o Espírito Santo deve ampliar o uso de instrumentos como subvenções, fundos públicos, financiamentos estratégicos e políticas de compras governamentais para apoiar projetos voltados à inovação, à sustentabilidade e à inserção internacional das indústrias, induzindo ganhos de produtividade e competitividade em conformidade com os princípios do novo sistema tributário nacional.



39

INOVAÇÃO



A **inovação** consolidou-se como fator indispensável ao desenvolvimento econômico contemporâneo, desempenhando papel decisivo na elevação da produtividade, no fortalecimento da competitividade e na promoção de um crescimento mais sustentável. Mais do que criar novos produtos ou desenvolver tecnologias, inovar significa transformar conhecimento em soluções capazes de gerar valor econômico e social, seja por meio de novos processos produtivos, modelos de negócios, serviços ou formas mais eficientes de atender às demandas da sociedade. Em um ambiente marcado por rápidas transformações tecnológicas e econômicas, a capacidade inovadora tornou-se um fator determinante para o posicionamento competitivo de empresas, regiões e países, influenciando sua inserção nas cadeias globais de valor, sua capacidade de atrair investimentos e seu potencial de crescimento no longo prazo.

Esse papel estratégico da inovação tornou-se ainda mais evidente diante das profundas transformações que vêm redefinindo os sistemas produtivos e econômicos em escala global. A rápida evolução da inteligência artificial, da automação avançada, da análise de dados e de outras tecnologias digitais está modificando a forma como bens e serviços são produzidos, distribuídos e consumidos, ampliando a importância da capacidade de adaptação tecnológica das empresas e dos territórios. Paralelamente, a transição para uma economia de baixo carbono impulsiona o desenvolvimento de novas fontes de energia, materiais e processos produtivos mais sustentáveis. Soma-se a esse cenário a reorganização das cadeias globais de valor, intensificada pelos impactos da pandemia de COVID-19 e pelo aumento das tensões geopolíticas, que ampliaram a busca por maior resiliência produtiva, diversificação de fornecedores e autonomia tecnológica.

A velocidade dessas transformações pode ser observada em diferentes indicadores internacionais. Segundo o Fórum Econômico Mundial[2], cerca de 86% das empresas esperam que a inteligência artificial e as tecnologias de processamento da informação provoquem mudanças significativas em seus modelos de negócio até 2030, enquanto aproximadamente 60% dos trabalhadores deverão passar por processos de requalificação em função das transformações tecnológicas. Na mesma direção, estimativas da Gartner[3] apontam que os investimentos globais em tecnologia da informação deverão superar US$ 6,3 trilhões em 2026, refletindo a intensificação da digitalização da economia. Esses movimentos demonstram que o domínio e a aplicação de novas tecnologias deixaram de ser apenas fatores de eficiência produtiva e passaram a integrar estratégias mais amplas de desenvolvimento, competitividade, soberania tecnológica e segurança econômica.

Diante desse cenário, ampliar a capacidade inovadora exige superar desafios relacionados à estruturação do ecossistema de inovação e

ao fortalecimento das bases necessárias para o desenvolvimento tecnológico. A maior integração entre empresas, universidades, institutos de ciência e tecnologia, startups, investidores e governo, aliada à ampliação dos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), à formação de profissionais qualificados, à expansão da infraestrutura tecnológica, ao aprimoramento dos mecanismos de financiamento e à construção de um ambiente regulatório mais favorável, constitui elemento fundamental para transformar conhecimento em soluções aplicadas ao setor produtivo.

No Espírito Santo, esses desafios assumem caráter estratégico. Com uma economia fortemente apoiada na indústria e integrada aos mercados nacional e internacional, o estado reúne ativos relevantes para impulsionar sua capacidade inovadora, como uma base industrial diversificada, cadeias produtivas com inserção global, instituições de ciência e tecnologia e ambientes promotores de inovação. Entretanto, transformar esses ativos em resultados concretos ainda requer maior articulação entre os agentes do ecossistema, ampliação da capacidade tecnológica das empresas e fortalecimento dos instrumentos de apoio à inovação. O recuo do Espírito Santo no pilar de inovação do Ranking de Competitividade dos Estados, passando da 5ª para a 11ª colocação entre 2021 e 2025, reforça a necessidade de avançar nessa agenda.

Diante desse cenário, **a Agenda da Indústria Capixaba 2026 apresenta ações voltadas à superação dos principais desafios de inovação no Espírito Santo, com foco no estímulo aos investimentos em PD&I, ao fortalecimento da cooperação entre empresas e instituições científicas e tecnológicas, à formação de capital humano qualificado, à expansão da infraestrutura tecnológica, ao aprimoramento dos mecanismos de financiamento e à construção de um ambiente regulatório mais favorável.** As propostas da Agenda buscam enfrentar os principais desafios da inovação no Espírito Santo, reconhecendo o papel estratégico da inovação para elevar a produtividade, estimular novos negócios, diversificar a economia estadual e ampliar a capacidade do Espírito Santo de responder às transformações tecnológicas, ambientais e geoeconômicas.

A Agenda da Indústria Capixaba 2026 apresenta ações voltadas à superação dos principais desafios de inovação no Espírito Santo, com foco no estímulo aos investimentos em PD&I, ao fortalecimento da cooperação entre empresas e instituições científicas e tecnológicas, à formação de capital humano qualificado, à expansão da infraestrutura tecnológica, ao aprimoramento dos mecanismos de financiamento e à construção de um ambiente regulatório mais favorável.



PROPOSTAS DA INDÚSTRIA PARA O TEMA

INOVAÇÃO:

32.

Digitalizar e simplificar serviços públicos relacionados à atividade empresarial

DIGITALIZAÇÃO

Promover a digitalização e a integração dos serviços públicos relacionados à atividade empresarial para reduzir burocracias, aumentar a previsibilidade regulatória, fortalecer a segurança jurídica e melhorar o ambiente de negócios, reconhecendo que a modernização da administração pública é um fator essencial para aumentar a competitividade econômica. A proposta busca tornar os processos administrativos mais ágeis, transparentes e eficientes, reduzindo custos e tempo para empresas e governo. Para isso, tornam-se necessários: a simplificação e agilização de processos; a ampliação do uso de serviços eletrônicos e portais unificados; a integração de sistemas entre órgãos públicos; o aumento da transparência e da rastreabilidade dos processos administrativos; e a automação de procedimentos de baixo risco, contribuindo também para reduzir o Custo Brasil.

33.

Criar condições favoráveis à instalação e expansão de centros de PD&I empresariais e à atração, retenção e repatriação de talentos altamente qualificados

INFRAESTRUTURA DE INOVAÇÃO

CAPITAL HUMANO

Estimular a instalação e a expansão no Espírito Santo de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) empresariais ou que atendam diretamente as empresas, com foco na atração e fortalecimento de unidades tecnológicas que atualmente concentram essas atividades em outros estados ou regiões. A proposta busca fortalecer a capacidade de geração de conhecimento aplicado, ampliar a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento no território capixaba e aumentar a competitividade da indústria. Para isso, contempla estratégias de atração de investimentos, criação de condições favoráveis à instalação dessas estruturas e programas de atração, retenção e repatriação de talentos altamente qualificados, ampliando a disponibilidade de profissionais especializados e fortalecendo o ambiente de inovação do estado.

34.

Fortalecer a articulação do ecossistema capixaba de inovação

COOPERAÇÃO/ARTICULAÇÃO

Intensificar a cooperação entre empresas, startups, instituições de ciência e tecnologia (ICTs), universidades, centros de pesquisa, incubadoras, aceleradoras e demais atores do ecossistema de inovação, por meio de políticas, programas e instrumentos que promovam a articulação e o desenvolvimento de iniciativas colaborativas. Essa ação busca fortalecer as conexões entre os setores público, privado e acadêmico, reconhecendo que a interação entre esses agentes é fundamental para ampliar a capacidade de inovação, acelerar a geração e a difusão do conhecimento e transformar pesquisas em soluções aplicadas às demandas da indústria. Nesse contexto, busca-se estimular a inovação aberta, a transferência de tecnologia, o empreendedorismo inovador e o desenvolvimento de ecossistemas regionais de inovação, ampliando a integração entre os setores público, privado e acadêmico e fortalecendo a competitividade da indústria capixaba.

35.

Expandir e fortalecer a infraestrutura e os ambientes de inovação

INFRAESTRUTURA DE INOVAÇÃO

Ampliar e fortalecer centros tecnológicos, laboratórios, parques tecnológicos, ambientes promotores de inovação e demais infraestruturas e iniciativas de apoio à pesquisa e desenvolvimento tecnológico, como a Mobilização Capixaba pela Inovação (MCI), reconhecendo seu papel estratégico na geração e difusão de conhecimento, na aproximação entre empresas e instituições científicas e no desenvolvimento de soluções inovadoras. O fortalecimento dessas estruturas pode ampliar o acesso da indústria à infraestrutura necessária para inovar, estimular a cooperação entre os atores do ecossistema e reduzir desigualdades territoriais na oferta de ativos tecnológicos. Essa expansão deve ocorrer de forma alinhada às vocações econômicas regionais e às demandas da indústria capixaba, fortalecendo os ecossistemas regionais de inovação e ampliando a presença dessas infraestruturas no interior do estado.

36.

Ampliar os recursos destinados à inovação e à transformação digital

FINANCIAMENTO

Ampliar a oferta de recursos destinados à inovação e à ações e programas estruturantes e de impacto por meio de empréstimos concessionais, subvenções econômicas, fundos de investimento, instrumentos do mercado de capitais, como debêntures, e mecanismos de financiamento combinado (blended finance), uma vez que o acesso a recursos financeiros é um dos principais fatores para ampliar os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Logo, a ação busca reduzir as restrições enfrentadas pelas empresas, especialmente as micro, pequenas e médias, ampliando sua capacidade de investir em novos

produtos, processos e tecnologias. O fortalecimento desses instrumentos contribuirá para estimular a inovação, fomentar o ecossistema, acelerar a modernização produtiva, aumentar a produtividade e fortalecer a competitividade da indústria capixaba, beneficiando negócios e sociedade.

37.

Modernizar o ambiente regulatório e fortalecer instrumentos de incentivo e experimentação para a inovação

AMBIENTE REGULATÓRIO

Aperfeiçoar os instrumentos estaduais de apoio à inovação e articular, junto ao Governo Federal, a modernização do ambiente regulatório e dos mecanismos de incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, incluindo a regulamentação da inteligência artificial, a atualização da Lei do Bem, a implementação de novos instrumentos voltados à economia digital, como o REDATA, e a implantação de sandboxes regulatórios, living labs, distritos de inovação e outros ambientes de experimentação para viabilizar o teste de novos produtos, serviços, modelos de negócio e tecnologias inovadoras com segurança jurídica e menor barreira regulatória, acelerando sua adoção pelo mercado.

REDATA: Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter, um programa estratégico do governo que propõe a suspensão temporária de tributos (como IPI, PIS/Cofins e Imposto de Importação) sobre equipamentos tecnológicos. O objetivo é atrair grandes investimentos em infraestrutura digital e processamento de dados.

Sandboxes regulatórios: Ambiente experimental que permite a empresas e organizações testar produtos, serviços ou modelos de negócio inovadores em condições regulatórias específicas, com acompanhamento dos órgãos competentes, antes de sua implementação em larga escala.

Living Labs: Ambientes de experimentação em condições reais, nos quais usuários, empresas, pesquisadores e governo colaboram no desenvolvimento, no teste e no aprimoramento de novas tecnologias, produtos e serviços.

38.

Apoiar o desenvolvimento de competências para inovação e transformação digital

QUALIFICAÇÃO

CAPITAL HUMANO

Ampliar programas de *upskilling, reskilling e lifelong learning,* reconhecendo que as rápidas transformações tecnológicas exigem atualização contínua das competências da força de trabalho. O fortalecimento dessas estratégias contribui para reduzir lacunas de qualificação, aumentar a capacidade de adaptação às mudanças tecnológicas e preparar profissionais para as novas demandas da economia baseada no conhecimento. Nesse sentido, a proposta busca desenvolver competências técnicas, digitais, científicas e gerenciais alinhadas às necessidades da inovação e da transformação digital, fortalecendo o capital humano, elevando a produtividade e ampliando a capacidade competitiva da indústria capixaba.

Upskilling: Atualização e ampliação de competências existentes.

Reskilling: Desenvolvimento de novas competências para atuação em diferentes funções ou áreas.

Lifelong learning: Aprendizagem contínua ao longo da vida profissional.

39.

Estimular projetos que orientem a inovação para desafios estratégicos do futuro

TENDÊNCIAS

Estimular projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltados à solução de desafios econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais relacionados às principais macrotendências globais, considerando seus impactos sobre a competitividade da indústria e a capacidade de inserção em mercados mais sofisticados. Entre essas tendências, destacam-se a transformação digital, a inteligência artificial, a transição energética, as mudanças climáticas, a segurança cibernética, os novos modelos de trabalho e as transformações demográficas. A iniciativa busca fortalecer a capacidade de adaptação e resposta da indústria capixaba diante dessas transformações, incentivando o desenvolvimento tecnológico, a geração de soluções inovadoras e a ampliação da inserção das empresas em mercados de maior intensidade tecnológica e valor agregado.

40.

Fortalecer o desenvolvimento e a escalabilidade de startups e empresas inovadoras e de base tecnológica

REGIONALIZAÇÃO

Fortalecer as políticas voltadas à criação, ao desenvolvimento e ao crescimento de startups e empresas de base tecnológica, ampliando programas e instrumentos de apoio à incubação, aceleração, capacitação e conexão com investidores, grandes empresas e instituições de ciência, tecnologia e inovação. A iniciativa busca estimular o surgimento de novos negócios intensivos em conhecimento, ampliar a geração de soluções inovadoras e contribuir para a diversificação da economia capixaba. O fortalecimento desse ambiente favorece a aproximação entre empreendedores, setor produtivo, academia e investidores, ampliando as oportunidades de desenvolvimento tecnológico, de acesso a mercados e de atração de recursos para empresas inovadoras. Dessa forma, contribui para que startups e empresas de base tecnológica superem desafios de crescimento, ganhem escala, desenvolvam produtos e serviços de maior valor agregado e ampliem sua inserção em cadeias produtivas.



49

FINANCIAMENTO



O **crédito** é um instrumento central para o desenvolvimento econômico, pois permite às empresas financiar investimentos produtivos, expandir operações, equilibrar fluxos de caixa, acessar novos mercados, impulsionar processos de inovação e proporcionar maiores probabilidades de sobrevivência às empresas. Mercados de crédito amplos, eficientes e inclusivos são fundamentais para impulsionar o crescimento econômico, pois ampliam as condições para a expansão do investimento privado e a geração de novas oportunidades de emprego.

Nos últimos anos, apesar dos avanços institucionais no mercado de crédito, especialmente no arcabouço legal de garantias, na implementação do sistema financeiro aberto (*open finance*) e no desenvolvimento de novos instrumentos de financiamento, o acesso e o custo do crédito continuam sendo desafios relevantes enfrentados pelo setor produtivo na busca de financiamento.

De acordo com a pesquisa Sondagem[4], da Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre os principais desafios que as empresas enfrentam na obtenção de crédito estão: as taxas de juros elevadas; as exigências de garantias reais; a falta de linhas de crédito adequadas às necessidades das empresas; os prazos de carência inferiores ao necessário; as exigências de reciprocidades; e os processos de aplicação burocráticos e lentos.

Há décadas, os juros reais elevados encarecem o crédito no Brasil e no Espírito Santo. Esse cenário limita as condições para a expansão produtiva e contribui para explicar o baixo nível de investimento do país, que permanece abaixo tanto da média mundial, quanto dos países OCDE e de economias de renda média e média-alta, como China, Índia e Rússia. Ainda, O aumento do spread bancário no pós-pandemia, em um contexto de maior inadimplência, somado à manutenção da Selic em patamar elevado, reforçou esse desafio, tornando o crédito mais caro e restrito para empresas e consumidores.

Diante desse quadro, além de medidas voltadas à renegociação de dívidas e à ampliação de

prazos para mitigar a inadimplência empresarial, como o Novo Desenrola Brasil – Pessoas Jurídicas, é importante avançar em ações estruturais que reduzam os custos administrativos e tributários da intermediação financeira.

Em relação ao sistema de garantias, apesar dos avanços recentes, o conjunto de exigências de garantias pelas instituições financeiras tem criado barreiras ao financiamento, sobretudo para as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), segundo diagnóstico realizado pelo Banco Mundial[5]. Desta forma, a ampliação e modernização dos instrumentos de garantia e dos mecanismos de recuperação extrajudicial de bens ante inadimplemento representam uma agenda importante para ampliar o acesso ao mercado de crédito, reduzir riscos e melhorar as condições de crédito para MPMEs.

Assim, a redução estrutural do custo do financiamento e a construção de um mercado de crédito mais acessível exigem uma agenda integrada de ações. Nesse sentido, **a Agenda da Indústria Capixaba 2026 apresenta ações que buscam: a redução da inadimplência e dos custos da intermediação financeira; a ampliação da capilaridade dos canais de financiamento no interior do estado; o aperfeiçoamento dos instrumentos e fundos de garantia de crédito; o fomento de fontes alternativas de financiamento de longo prazo; a promoção da concorrência bancária; e a manutenção e aprimoramento de medidas e programas públicos de crédito que se mostraram eficazes para ampliar a oferta de crédito no estado.** Em suma, as propostas apresentadas são voltadas a enfrentar os principais desafios de acesso e custo do crédito no Espírito Santo, reconhecendo o papel estratégico do financiamento para viabilizar capital de giro, modernização empresarial e expansão do investimento produtivo no estado.

A Agenda da Indústria Capixaba 2026 apresenta ações que buscam: a redução da inadimplência e dos custos da intermediação financeira; a ampliação da capilaridade dos canais de financiamento no interior do estado; o aperfeiçoamento dos instrumentos e fundos de garantia de crédito; o fomento de fontes alternativas de financiamento de longo prazo; a promoção da concorrência bancária; e a manutenção e aprimoramento de medidas e programas públicos de crédito que se mostraram eficazes para ampliar a oferta de crédito no estado.



PROPOSTAS DA INDÚSTRIA PARA O TEMA

FINANCIAMENTO:

41.

Fortalecer os instrumentos públicos estaduais de financiamento para reduzir o custo do crédito para investimentos produtivos

CUSTOS E CONDIÇÕES DE CRÉDITO

Ampliar, aprimorar e divulgar os instrumentos de financiamento e de investimento já operados pelo poder público do estado, tais como: i) programas e linhas de financiamento realizados por meio de fundos de fomento estadual, repasses de fundos públicos e repasses de recursos não reembolsáveis; ii) Fundos de Investimento em Participações (FIPs); e iii) fundos garantidores. O custo do crédito, apontado pelos empresários como o principal entrave ao financiamento, reforça a importância do fortalecimento dessas iniciativas produtivas e dos instrumentos de política pública. Essas medidas podem facilitar o acesso ao financiamento, viabilizar taxas de juros mais competitivas e ampliar a oferta de crédito no estado, permitindo que as empresas invistam mais em transformação digital, inovação, sustentabilidade, eficiência operacional e expansão das exportações.

42.

Ampliar e diversificar os mecanismos de garantias nas operações de crédito

SISTEMA DE GARANTIAS

Ampliar e diversificar os mecanismos de garantia nos financiamentos por meio de modalidades pessoais, patrimoniais e institucionais, de modo a criar as condições necessárias para aumentar a adoção desses mecanismos pelo mercado, reduzir o risco das operações e facilitar o acesso das empresas ao crédito em melhores condições. Embora tenham ocorrido avanços nos últimos anos no arcabouço legal de garantias, por meio do Sistema Nacional de Garantias de Crédito (Decreto nº 10.780/2021) e do Marco Legal das Garantias (Lei nº 14.711/2023), a falta de garantias ainda aparece como a segunda maior dificuldade para a obtenção de crédito bancário, atrás apenas dos juros elevados, segundo estudos da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2026) e do Banco Mundial (BM, 2020). Como consequência, a insuficiência de garantias encarece e restringe o acesso ao crédito, especialmente entre as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), comprometendo sua capacidade de investimento

e sobrevivência. Neste contexto, é importante seguir aperfeiçoando o sistema de garantias, dado seu potencial para ampliar o uso de instrumentos garantidores e melhorar as condições de acesso ao financiamento.

43.

Ampliar o uso de fundos garantidores para facilitar o acesso ao financiamento das MPMEs

SISTEMA DE GARANTIAS

Ampliar o uso de fundos de garantia para facilitar o acesso ao financiamento das MPMEs, considerando instrumentos financeiros locais e nacionais já existentes, como o Fundo de Aval Bandes, o Fundo de Aval Bandes Para os Municípios, o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE), o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) do BNDES e o Fundo Garantidor de Operações (FGO) Pronampe. A insuficiência de garantias constitui uma barreira relevante ao financiamento industrial. Nesse sentido, esses instrumentos contribuem para facilitar o acesso ao crédito e melhorar as condições de financiamento. Assim, há espaço para ampliar a utilização dos fundos já disponíveis, fortalecer o acesso das empresas a esses e outros instrumentos de garantia, aprimorar sua operacionalização e intensificar sua divulgação.

44.

Ampliar a capilaridade dos canais de financiamento para MPMEs no interior do estado

INCLUSÃO FINANCEIRA

Ampliar a capilaridade do financiamento para MPMEs no interior do Estado, por meio de correspondentes bancários, cooperativas de crédito, instituições parceiras ou pontos de atendimento descentralizados. Essa ampliação é relevante porque a ampliação do acesso ao crédito não depende apenas da disponibilidade de recursos financeiros, mas também das condições e dos canais por meio dos quais esses recursos chegam às empresas. A utilização das linhas de financiamento pode ser condicionada pela baixa capilaridade dos canais de atendimento, pela insuficiência de informações sobre as alternativas disponíveis e pela necessidade de apoio às empresas na preparação para a contratação de crédito. Programas orientados à interiorização do crédito podem ampliar a presença das instituições financeiras no interior do Estado, reduzir deslocamentos e facilitar o acesso ao financiamento, especialmente para empresas com menor experiência na contratação de crédito.

45.

Desenvolver e adequar linhas de financiamento às especificidades setoriais e regionais do estado

INCLUSÃO FINANCEIRA

Desenvolver e adequar linhas de financiamento às especificidades setoriais e regionais do estado, com taxas, prazos, carências, garantias e finalidades compatíveis com as características dos diferentes setores produtivos e regiões capixabas. Segundo a pesquisa Sondagem, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a falta de linhas de financiamento adequadas às necessidades das empresas figura entre os três principais desafios enfrentados pelos empresários. No interior do estado, essas dificuldades tendem a ser mais acentuadas em razão da maior percepção de risco por parte das instituições financeiras, da menor disponibilidade de informações financeiras estruturadas dentro das empresas e da maior exigência de garantias requeridas às empresas. Esses fatores ampliam a assimetria de informação e podem restringir o acesso ao financiamento, o que reforça a necessidade de ampliar a disponibilidade de linhas de financiamento adequadas às demandas e necessidades setoriais e regionais.

46.

Facilitar o acesso a linhas de financiamento de longo prazo para a transformação tecnológica da indústria

ACESSIBILIDADE

INOVAÇÃO

Facilitar o acesso a linhas de financiamento de longo prazo para a transformação tecnológica da indústria, incluindo modernização e automação produtiva com foco em soluções da Indústria 4.0. Instituições financeiras públicas podem ampliar a disponibilização e divulgação das linhas de financiamento voltadas à neoindustrialização, alinhadas às diretrizes nacionais da Nova Indústria Brasil (NIB). Além disso, as instituições financeiras podem atuar como repassadoras de recursos de bancos de desenvolvimento, ampliando o acesso das empresas ao crédito para inovação, modernização produtiva, transformação digital e aumento da produtividade. Dessa forma, esses recursos contribuem para viabilizar investimentos de longo prazo, alinhados às estratégias de desenvolvimento da indústria.

47.

Ampliar o acesso a linhas de financiamento para investimentos em transição energética e descarbonização da indústria

ACESSIBILIDADE

MEIO AMBIENTE

Facilitar o acesso a linhas de crédito sustentáveis para financiar projetos de investimento destinados a eficiência energética, descarbonização industrial, economia circular, gestão de resíduos, preservação ambiental e adaptação climática, entre outros, incluindo iniciativas voltadas a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). O fortalecimento e a ampliação dessas linhas de financiamento podem contribuir para o cumprimento dos compromissos previstos no Plano de Descarbonização e Neutralização das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do estado, bem como para a implementação das diretrizes da Missão 5 da Nova Indústria Brasil (NIB) e da Missão 4 sobre Sustentabilidade e Resiliência Climática, estabelecida no Plano Estratégico ES 500 Anos.

48.

Facilitar o acesso a instrumentos de financiamento voltados à exportação e à internacionalização das indústrias com sede no estado

ACESSIBILIDADE

Facilitar o acesso a instrumentos de financiamento voltados à exportação e à internacionalização das indústrias capixabas, incluindo linhas como Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) e Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE), entre outros programas e modalidades de apoio às exportações. As linhas de crédito destinadas à fase de produção, no pré-embarque, e à fase de comercialização, no pós-embarque, são instrumentos importantes para o financiamento das operações de comércio exterior. Iniciativas que ampliem essas linhas e facilitem o acesso das empresas a esses recursos podem fortalecer a competitividade das exportações, reduzir barreiras ao processo de internacionalização e ampliar a participação das indústrias capixabas nos mercados externos.



57

CAPITAL HUMANO



O **capital humano** é fator decisivo para o aumento da produtividade, da inovação e da competitividade das economias, sendo, portanto, essencial para sustentar o desenvolvimento econômico. Nos últimos anos, em um cenário de redução do desemprego, a disponibilidade de trabalhadores tem se tornado um desafio crescente para o setor produtivo. Segundo as pesquisas da Sondagem Industrial, realizadas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI)[6], a escassez de trabalhadores qualificados figurou entre os problemas mais relevantes para a indústria, alcançando 23% das menções em 2024. O resultado representou um avanço expressivo em relação ao período de 2015 a 2020, quando o tema representava apenas 5% das menções.

Esse cenário resulta da convergência de fatores estruturais e conjunturais. O envelhecimento da população e o esgotamento gradual do bônus demográfico, isto é, o período em que a proporção de pessoas em idade potencialmente ativa é superior à de crianças e idosos, reduzem o ritmo de crescimento da força de trabalho disponível, enquanto a elevada informalidade e as mudanças nas preferências ocupacionais, especialmente entre os jovens, diminuem o interesse por modelos tradicionais de emprego. A complexidade desse desafio é ampliada pelas recentes transformações que vêm redefinindo a economia e o mercado de trabalho. O avanço da digitalização, da automação, da inteligência artificial e da indústria 4.0 tem acelerado o surgimento de novas ocupações e alterado significativamente os perfis ocupacionais.

Nesse contexto, torna-se cada vez mais evidente o descompasso entre a qualificação disponível e as demandas do setor produtivo. Mais do que ampliar o acesso à educação profissional, é necessário fortalecer a conexão empresa-escola-universidade, assegurando que os currículos, conteúdos e metodologias estejam alinhados às demandas atuais e futuras do mercado de trabalho. Os investimentos em educação e qualificação profissional devem não somente ampliar a empregabilidade da população, mas também criar as condições necessárias para elevar a produtividade, estimular a inovação e o crescimento econômico de longo prazo.

Além dos desafios relacionados à formação e à oferta de trabalhadores, a escassez de mão de obra também sublinha a necessidade de aperfeiçoar o ambiente regulatório que orienta as relações de trabalho. As transformações tecnológicas, as novas formas de organização da produção e o surgimento de modelos mais flexíveis de inserção produtiva vêm alterando a dinâmica do mercado de trabalho em ritmo superior à capaci-

dade de adaptação da legislação atual. Embora a modernização iniciada pela Reforma Trabalhista de 2017 tenha representado um importante avanço, ainda persistem entraves regulatórios que limitam a adaptação de empregadores e empregados à nova realidade. A ausência de regulamentações adequadas ou a existência de regras rígidas resultam em insegurança jurídica, elevam os custos de conformidade e dificultam a formalização de novas formas de trabalho.

A defesa da construção de um ambiente regulatório mais moderno, previsível e aderente às transformações do mercado de trabalho é fundamental para ampliar as oportunidades de inserção produtiva, estimular a formalização e aumentar a competitividade. Ao mesmo tempo, deve-se assegurar mecanismos de proteção compatíveis com as novas dinâmicas ocupacionais, promovendo um equilíbrio entre segurança jurídica, crescimento econômico e inserção produtiva.

Outro aspecto estratégico refere-se à promoção da saúde e à melhoria das condições de permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho. O aumento da incidência de doenças crônicas não transmissíveis, associado aos desafios relacionados à saúde e à segurança no trabalho, impacta diretamente a produtividade, eleva o absenteísmo, os afastamentos laborais e os custos dos sistemas de saúde. Além de afetarem a competitividade, esses fatores reduzem a disponibilidade de trabalhadores e agravam os desafios de escassez de mão de obra enfrentados pelas empresas. Nesse contexto, políticas voltadas à promoção da saúde, à prevenção de doenças e à melhoria da qualidade de vida do trabalhador assumem um papel cada vez mais relevante para o desenvolvimento econômico e social.

Assim, fortalecer o capital humano é condição indispensável para elevar a produtividade, ampliar a capacidade de inovação e preparar o Espírito Santo para as transformações econômicas em curso. Dessa forma, **a Agenda da Indústria Capixaba 2026 apresenta propostas voltadas à formação e qualificação profissional, ao desenvolvimento de competências alinhadas às demandas do setor produtivo, ao aperfeiçoamento do marco regulatório das relações de trabalho, à ampliação da participação da população no mercado de trabalho e à promoção da saúde do trabalhador.** Em conjunto, essas iniciativas contribuem para elevar a competitividade e a produtividade e para impulsionar o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo.

A Agenda da Indústria Capixaba 2026 apresenta propostas voltadas à formação e qualificação profissional, ao desenvolvimento de competências alinhadas às demandas do setor produtivo, ao aperfeiçoamento do marco regulatório das relações de trabalho, à ampliação da participação da população no mercado de trabalho e à promoção da saúde do trabalhador.



PROPOSTAS DA INDÚSTRIA PARA O TEMA

CAPITAL HUMANO:

49.

Alinhar a oferta de educação profissional e tecnológica às demandas atuais e futuras da indústria

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Criar um ecossistema integrado de formação profissional capaz de conectar, de forma contínua, as demandas atuais e futuras da indústria capixaba à oferta de cursos técnicos, tecnológicos e de qualificação profissional, priorizando áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e produtivo do Espírito Santo. Fortalecer a articulação entre empresas, instituições de ensino, universidades e Serviços Nacionais de Aprendizagem, ampliando a participação do setor produtivo na identificação das competências requeridas pelo mercado de trabalho, na definição das ocupações sujeitas à cota de aprendizagem, na construção de percursos formativos e na atualização permanente dos conteúdos educacionais. Promover a interiorização da educação profissional, ampliando o acesso à formação prática em regiões com menor oferta de infraestrutura especializada, por meio de parcerias que viabilizem ambientes adequados ao desenvolvimento das atividades formativas.

50.

Ampliar programas de qualificação e requalificação profissional voltados às novas competências

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Fortalecer programas de qualificação e requalificação profissional alinhados às transformações tecnológicas, à inovação e às novas demandas do mercado de trabalho, com foco no desenvolvimento de competências digitais, tecnológicas e gerenciais. Ampliar iniciativas de capacitação em áreas estratégicas para a competitividade da economia capixaba, como a Indústria 4.0. Incentivar a implementação de programas de requalificação (*reskilling*) e aperfeiçoamento profissional (*upskilling*), por meio de trilhas formativas modulares presenciais, a distância e em ambiente de trabalho, promovendo a aprendizagem contínua ao longo da vida. Fortalecer a integração entre empresas, instituições de ensino, centros de pesquisa, ambientes de inovação e entidades do Sistema S, ampliando a aderência da formação às necessidades do setor produtivo. Implementar mecanismos de incentivo que estimulem investimentos empresariais em capacitação, retenção de talentos e desenvolvimento permanente da força de trabalho, contribuindo para o aumento da produtividade, da emprega-

bilidade e da capacidade de adaptação dos trabalhadores às mudanças tecnológicas. Incentivar, ainda, a qualificação contínua de lideranças técnicas e gerenciais, fortalecendo competências estratégicas e contribuindo para o aumento da produtividade, da inovação e da competitividade do estado.

51.

Modernizar a formação docente para atender as demandas da economia digital

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

INOVAÇÃO

Fortalecer a formação, a atratividade e a permanência de professores qualificados, especialmente nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM), visando elevar a qualidade da aprendizagem, reduzir desigualdades educacionais e preparar os estudantes para os desafios da economia digital e das transformações tecnológicas. Promover a valorização e a qualificação contínua dos docentes por meio de programas estruturados de coformação, residência pedagógica e formação continuada, com foco em metodologias ativas de ensino, competências digitais e uso pedagógico da inteligência artificial. Estimular a atualização profissional e a inovação pedagógica, ampliando o acesso a ferramentas tecnológicas, recursos educacionais digitais e práticas de ensino alinhadas às novas demandas do mundo do trabalho. Fortalecer a integração entre redes de ensino, instituições de educação superior e setor produtivo, contribuindo para uma formação docente mais conectada às áreas estratégicas para o desenvolvimento do Espírito Santo.

52.

Promover políticas de empregabilidade e permanência produtiva dos trabalhadores com mais de 50 anos

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Implementar políticas voltadas à ampliação da empregabilidade e da permanência produtiva de trabalhadores com 50 anos ou mais, por meio de programas de qualificação e requalificação profissional ofertados em formatos presenciais, a distância e em ambiente de trabalho e alinhados às transformações do mercado de trabalho. Desenvolver iniciativas que favoreçam a atualização de competências técnicas e digitais, ampliando as oportunidades de inserção e reinserção profissional desse público. Implementar políticas de incentivo à contratação, à retenção e ao aproveitamento da experiência desses profissionais, reconhecendo sua contribuição para a produtividade, a inovação e a transferência de conhecimento para as organizações. Fortalecer programas de mentoria entre poder público, empresas, instituições de ensino e entidades do Sistema S, incentivando, quando pertinente, mecanismos de transferência de conhecimento

intergeracional valorizando a experiência acumulada desses profissionais e, simultaneamente, promovendo sua atualização diante das transformações tecnológicas e organizacionais. Incentivar práticas voltadas à valorização da diversidade etária, à prevenção da discriminação por idade e à construção de ambientes de trabalho mais inclusivos e adaptados às diferentes fases da vida profissional.

53.

Fortalecer políticas de atração e retenção de talentos para ampliar a disponibilidade de profissionais qualificados no Espírito Santo

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Implementar políticas voltadas à atração, formação e retenção de profissionais qualificados no Espírito Santo, especialmente em ocupações estratégicas e com escassez de mão de obra. Estruturar mecanismos para atrair profissionais de outros estados e reter talentos formados no Espírito Santo, considerando as necessidades atuais e futuras dos setores produtivos. Estimular estratégias empresariais e territoriais de retenção, desenvolvimento de carreira e valorização profissional, contribuindo para reduzir déficits de mão de obra especializada e fortalecer a competitividade da economia capixaba.

54.

Fortalecer e integrar mecanismos inteligentes de empregabilidade para conectar trabalhadores e empresas

EMPREGABILIDADE

Integrar dados de trabalhadores, empresas, instituições de ensino e programas de qualificação profissional, permitindo o cruzamento automatizado entre perfis profissionais e vagas compatíveis, de forma a tornar mais ágeis e eficientes os processos de recrutamento e seleção. Ampliar a eficiência do encontro entre oferta e demanda de trabalho, contribuindo para reduzir o tempo de contratação, aumentar a empregabilidade e apoiar o atendimento das necessidades de mão de obra dos setores produtivos. Incorporar mecanismos de inteligência de dados que permitam identificar demandas por ocupações, competências e qualificações, subsidiando ações de formação profissional, atração de talentos e planejamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e ao fortalecimento do mercado de trabalho capixaba.

55.

Ampliar as políticas de inclusão produtiva e inserção laboral para populações com menor participação no mercado de trabalho

INCLUSÃO PRODUTIVA

Implementar políticas de inclusão produtiva voltadas à ampliação da participação de públicos com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, como pessoas com educação básica incompleta ou sem escolaridade, mulheres, jovens, idosos, pessoas com deficiência (PCDs) e beneficiários de programas sociais. Fortalecer a articulação entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a formação profissional, ampliando as oportunidades de qualificação, empregabilidade e geração de renda. Promover mecanismos que favoreçam a transição de beneficiários de programas sociais para o emprego formal, estimulando sua autonomia econômica e inserção produtiva. Incentivar ações de diversidade, equidade e inclusão que ampliem a participação de mulheres no mercado de trabalho, especialmente em áreas estratégicas relacionadas à ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). Incentivar a contratação de aprendizes após o encerramento de seus contratos de aprendizagem, favorecendo sua permanência e desenvolvimento profissional. Fortalecer a inclusão de PCDs por meio da integração entre qualificação profissional, intermediação de mão de obra e aperfeiçoamento dos instrumentos de apoio à contratação.

56.

Apoiar, no âmbito federal, a modernização da legislação trabalhista para ampliar a formalização do emprego, a segurança jurídica e a adequação às novas formas de trabalho

MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA

Apoiar o aperfeiçoamento da legislação trabalhista para adequar as normas às transformações do mercado de trabalho e reconhecer novas formas de inserção produtiva, ampliando a proteção e a inclusão de freelancers, trabalhadores autônomos, microempreendedores individuais (MEIs) e profissionais da economia digital. Fortalecer a negociação coletiva como instrumento de adaptação das relações de trabalho às especificidades dos setores produtivos, promovendo maior previsibilidade e segurança jurídica. Apoiar a modernização das regras contratuais e de jornada, contemplando revisão das regras relacionadas à hora noturna e ao tratamento das horas extras habituais e modelos híbridos de trabalho e mecanismos que favoreçam a permanência e a reinserção profissional. Defender o reconhecimento legal do trabalho multifuncional e incentivar modalidades contratuais adequadas à execução de atividades por projeto, tarefa, produção ou janelas de disponibilidade, com parâmetros claros para remuneração, jornada e contratação. Apoiar medidas que estimulem a formalização do emprego, ampliem a segurança jurídica e permitam formas mais modernas, flexíveis e compatíveis de organização do trabalho frente às transformações tecnológicas, produtivas e organizacionais.

57.

Fortalecer políticas de promoção da saúde do trabalhador e prevenção de afastamentos laborais

PROMOÇÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

Implementar políticas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças crônicas entre trabalhadores e população em geral, por meio da articulação entre o Sistema Único de Saúde (SUS), o setor de saúde suplementar, empresas e demais instituições envolvidas. Ampliar ações de prevenção, diagnóstico precoce, promoção de hábitos saudáveis e melhoria da qualidade de vida, contribuindo para a redução dos afastamentos laborais e para o aumento da produtividade. Fortalecer programas de saúde ocupacional que estimulem ambientes de trabalho mais seguros, saudáveis e inclusivos, com foco na prevenção de acidentes, na redução dos fatores de risco e na promoção do bem-estar físico e mental dos trabalhadores. Aperfeiçoar a regulação relacionada à saúde e segurança do trabalho por meio da adoção de abordagens baseadas em risco, considerando a criticidade dos perigos existentes, o histórico das organizações e o nível de exposição dos trabalhadores, de forma a direcionar ações preventivas, otimizar a gestão dos riscos ocupacionais e aumentar a efetividade das ações de fiscalização e acompanhamento.



67

MEIO AMBIENTE



A **agenda ambiental** vem assumindo papel cada vez mais estratégico para o desenvolvimento socioeconômico das nações. A intensificação das mudanças climáticas tem impulsionado, em escala global, políticas voltadas à redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), em consonância com os compromissos do Acordo de Paris[7].

Nesse contexto, países e mercados têm avançado em medidas como: expansão das fontes de energia renováveis, eletrificação de frotas e processos produtivos, medidas de eficiência energética, produção de combustíveis sustentáveis, economia circular, uso eficiente de recursos e projetos de captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS). Ao mesmo tempo, critérios ambientais passaram a influenciar de forma crescente o comércio e os investimentos. No mercado internacional, mecanismos como o *Carbon Border Adjustment Mechanism* (CBAM), da União Europeia, vêm ampliando a demanda por produtos com menor intensidade de carbono. O instrumento estabelece um ajuste de carbono sobre determinadas importações, com base nas emissões de GEE associadas à sua produção, de modo a equiparar os custos de carbono entre produtores europeus e concorrentes externos. Além disso, regulamentações relacionadas ao combate ao desmatamento e exigências de rastreabilidade têm reforçado a demanda por maior transparência ambiental ao longo das cadeias produtivas.

No Brasil, esse movimento se reflete na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC)[8], que estabelece a meta de redução das emissões líquidas em 59% a 67% até 2035, em relação aos níveis de 2005 (BRASIL, 2024a), e em políticas como o Plano de Transição Ecológica, voltado à promoção do desenvolvimento sustentável, ao uso responsável dos recursos naturais e à atração de investimentos (BRASIL, 2024b).

No Espírito Santo, esse cenário impõe desafios, mas também gera oportunidades. O estado vem avançando na construção de uma agenda climática própria, com destaque para o Programa Capixaba de Mudanças Climáticas, que reúne ações de mitigação e adaptação. No eixo da mitigação, o Plano Estadual de Descarbonização e Neutralização das Emissões de GEE estabelece metas e iniciativas estratégicas, cuja efetividade depende do fortalecimento do monitoramento e da transparência. Na adaptação, os Planos Municipais de Adaptação buscam preparar os municípios para eventos climáticos extremos, reduzindo riscos associados a enchentes, secas, interrupções logísticas, insegurança hídrica e danos à infraestrutura. De maneira complemen-

tar, a criação do Fundo de Descarbonização pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) busca apoiar projetos industriais sustentáveis e a adoção de soluções alinhadas à transição ecológica.

Para além das iniciativas relacionadas à agenda climática, o avanço da pauta ambiental no Espírito Santo também depende do fortalecimento do ambiente regulatório e de instrumentos capazes de estimular investimentos, promover o uso sustentável dos recursos naturais e ampliar a eficiência ambiental das atividades produtivas.

Além das políticas já estabelecidas, o Espírito Santo reúne condições favoráveis para avançar nesse processo. A matriz elétrica predominantemente renovável, a relevância de seu parque industrial e a forte inserção no comércio exterior configuram vantagens importantes para o estado diante das transformações em curso. Nesse contexto, a consolidação de um ambiente regulatório mais moderno e previsível é fundamental para ampliar a segurança jurídica, reduzir entraves e criar condições mais favoráveis à implantação e à expansão de empreendimentos.

Nesse sentido, avanços regulatórios recentes contribuem para fortalecer esse ambiente institucional. A modernização do licenciamento ambiental, por meio das Leis Estaduais nº 1.073/2023 e nº 1.139/2026, busca conferir maior eficiência aos processos e aumentar a previsibilidade para a atividade produtiva. Também integram esse conjunto de instrumentos a revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, que representa uma oportunidade para ampliar a economia circular e o aproveitamento de resíduos como insumos produtivos.

Diante desse cenário, a agenda ambiental passa a ocupar um papel central na estratégia de desenvolvimento do Espírito Santo, associando sustentabilidade, inovação e geração de oportunidades para o setor produtivo. O avanço dessa agenda dependerá da capacidade de integrar políticas públicas, instrumentos regulatórios e investimentos, criando condições para que a indústria capixaba responda às novas demandas ambientais e mantenha sua capacidade de crescimento.

É nesse contexto que se inserem as propostas apresentadas na **Agenda da Indústria Capixaba 2026, cujas ações são direcionadas à modernização dos instrumentos regulatórios, como o processo de licenciamento ambiental, à ampliação das iniciativas para a transição energética e ao fortalecimento das práticas de economia circular.** As medidas buscam contribuir para a construção de um ambiente de negócios mais preparado para os desafios ambientais, conciliando desenvolvimento econômico, inovação e sustentabilidade e fortalecendo o posicionamento do Espírito Santo diante da transição ecológica.

Na Agenda da Indústria Capixaba 2026, as ações são direcionadas à modernização dos instrumentos regulatórios, como o processo de licenciamento ambiental, à ampliação das iniciativas para a transição energética e ao fortalecimento das práticas de economia circular.



PROPOSTAS DA INDÚSTRIA PARA O TEMA

MEIO AMBIENTE:

58.

Incentivar a articulação entre indústria e gestão municipal para a elaboração dos Planos Municipais de Adaptação Climática

ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

Incentivar a participação do setor produtivo na elaboração e implementação dos Planos Municipais de Adaptação às Mudanças Climáticas, apoiados pelo Governo do Estado no âmbito do Fundo Cidades e das ações do Plano Estadual de Adaptação às Mudanças Climáticas. A incorporação das demandas da indústria ao planejamento municipal contribuirá para orientar investimentos em infraestrutura resiliente e reduzir riscos relacionados a enchentes, secas, insegurança hídrica, interrupções logísticas e danos à infraestrutura produtiva, fortalecendo a resiliência e o desenvolvimento sustentável da economia capixaba frente aos eventos climáticos extremos.

59.

Estruturar um ambiente regulatório favorável ao desenvolvimento de projetos de captura e armazenamento de carbono (CCS)

DESCARBONIZAÇÃO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Estruturar um ambiente regulatório e institucional alinhado ao marco legal federal sobre captura, e armazenamento geológico de carbono (CCS), instituído pela Lei nº 14.993/2024, promovendo segurança jurídica, coordenação entre os órgãos competentes e planejamento da infraestrutura necessária para viabilizar projetos no Espírito Santo. Considerando sua base industrial, infraestrutura logística, potencial geológico e a relevância do setor de óleo e gás, o estado reúne condições favoráveis para atrair investimentos, estimular a inovação e consolidar-se como referência nacional na oferta de soluções voltadas à descarbonização da indústria e ao desenvolvimento de uma economia de baixo carbono.

60.

Estruturar um sistema estadual de governança e monitoramento da descarbonização

DESCARBONIZAÇÃO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Estruturar um sistema integrado de governança e monitoramento para acompanhar a implementação das ações previstas no Plano Estadual de Descarbonização e Neutralização das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), fortalecendo a coordenação entre os órgãos públicos e ampliando a transparência das informações para empresas, investidores e a sociedade. O sistema deverá permitir o acompanhamento sistemático das metas e iniciativas estaduais, subsidiar a tomada de decisão, orientar investimentos e fortalecer a credibilidade das políticas climáticas, tomando como referência iniciativas como o sistema de Monitoramento, Relato e Verificação (MRV) das emissões de GEE implementado em outros estados brasileiros, o qual sistematiza informações climáticas e apoia o planejamento governamental e empresarial.

61.

Promover a bioeconomia e fortalecer cadeias produtivas de base biológica

BIOECONOMIA

Incentivar políticas públicas, instrumentos de fomento e parcerias voltados ao desenvolvimento de cadeias produtivas baseadas no uso sustentável da biomassa e dos recursos biológicos, estimulando a inovação, a agregação de valor e a produção de bioprodutos, biocombustíveis, biometano, biomateriais e outros produtos de base biológica. O Espírito Santo reúne condições favoráveis para impulsionar esse segmento, em função da relevância de suas cadeias agroindustriais e florestais, da disponibilidade de biomassa, da riqueza de sua biodiversidade associada à Mata Atlântica e do potencial para diversificar sua base industrial, atrair investimentos e gerar novas oportunidades de inovação, emprego e agregação de valor na economia capixaba.

62.

Regulamentar e consolidar a implementação da Lei Geral do Licenciamento Ambiental Estadual

AMBIENTE REGULATÓRIO

Regulamentar a Lei Complementar Estadual nº 1.073/2023 e promover a revisão dos atos infralegais relacionados ao licenciamento ambiental, em consonância com os avanços introduzidos pela Lei Complementar nº 1.139/2026, assegurando maior celeridade, padronização, previsibilidade e segurança jurídica nos procedimentos. A regulamentação deve estabelecer critérios técnicos claros, orientações institucionais uniformes e mecanismos de colegialidade ou de validação para decisões de maior impacto, reduzindo a subjetividade das análises e promovendo maior isonomia, coerência e estabilidade na aplicação da legislação ambiental. Essas medidas contribuirão para aumentar a eficiência

dos processos, reduzir custos e atrasos desnecessários para os empreendimentos e fortalecer um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável e à atração de novos investimentos produtivos.

63.

Apoiar as micro, pequenas e médias empresas na adoção de medidas de eficiência energética e descarbonização

DESCARBONIZAÇÃO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Incentivar a adoção, pelas micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), de tecnologias, equipamentos e processos mais eficientes, incluindo a modernização de máquinas e motores, a eletrificação de processos, a geração de energia renovável, a implantação de sistemas de gestão energética e outras soluções voltadas à redução do consumo de energia e das emissões de gases de efeito estufa (GEE). O fortalecimento dessas iniciativas contribui para reduzir custos operacionais, aumentar a produtividade e a capacidade competitiva das empresas, facilitar o acesso a mercados cada vez mais exigentes e apoiar a transição para uma economia de baixo carbono.

64.

Apoiar a estruturação de um programa de preparação do setor produtivo capixaba para as exigências do comércio internacional sustentável

COMÉRCIO INTERNACIONAL SUSTENTÁVEL

Promover ações de capacitação, orientação técnica e disseminação de informações para preparar o setor produtivo para as novas exigências dos mercados internacionais, incluindo mecanismos de ajuste de carbono na fronteira (CBAM), regulamentações antidesmatamento, requisitos de rastreabilidade, de due diligence (avaliação e verificação de informações, riscos e conformidade) e de critérios ESG (Ambiental - Social - Governança). A iniciativa deve apoiar as empresas na adaptação às transformações do comércio internacional, reduzindo barreiras às exportações, ampliando o acesso a mercados estratégicos e fortalecendo sua inserção competitiva nas cadeias globais.

65.

Promover a economia circular e fortalecer as cadeias de reciclagem e logística reversa

ECONOMIA CIRCULAR

Incentivar a revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS-ES) e a estruturação de uma política estadual de economia circular voltada ao fortalecimento da indústria, promovendo a simbiose industrial, a reciclagem, a logística reversa e o reaproveitamento de resíduos como insumos produtivos. A iniciativa pode estimular novos modelos de negócios, reduzir custos operacionais, ampliar a eficiência no uso dos recursos e contribuir para o cumprimento das metas de descarbonização do estado, alinhando o Espírito Santo às tendências nacionais e internacionais de produção sustentável e competitiva.

Simbiose Industrial: Prática em que empresas cooperam para utilizar resíduos, subprodutos, energia, água ou outros recursos de uma organização como insumos para outra, promovendo maior eficiência no uso desses recursos, redução de custos, menor geração de resíduos e fortalecimento da economia circular.

REFERÊNCIAS

Notas utilizadas no documento

1 – OBSERVATÓRIO FINDES - Atlas Portuário do Espírito Santo, 2026

2 – FORUM ECONÔMICO MUNDIAL - The Future of Jobs, 2025.

3 – GARTNER – Gartner Market Databook: 1Q26, 2026

4 – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - Sondagem Especial 98: "Condições de acesso ao crédito em 2025", 2026

5 – BANCO MUNDIAL – Brasil:Diagnóstico do Sistema de Garantia de Crédito para Financiamento das MPMEs (Portuguese). Washington, D.C.: World Bank Group, 2020.

6 – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA: Entenda a crise de mão de obra qualificada na indústria em meio a recorde de empregos no país". Nota publicada em 09/02/2026.

7 – Tratado internacional adotado em 2015, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que orienta os compromissos dos países para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, fortalecer a adaptação às mudanças climáticas e limitar o aumento da temperatura média global a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais.

8 – Compromisso climático apresentado por cada país no âmbito do Acordo de Paris, no qual são estabelecidas metas e ações para a redução das emissões de gases de efeito estufa, a adaptação às mudanças climáticas e a promoção de uma economia de baixo carbono.


EMBRAER

AGENDA DA INDÚSTRIA CAPIXABA

2026

FINDES
SESI | SENAI | IEL | CINDES